



**DOCUMENTO BASE
SEGURIDAD CIUDADANA EN LA CIUDAD
RED -14
PROGRAMA URB-AL DE LA COMISIÓN EUROPEA**

2 0 2 0 3

Seguridad Ciudadana en la Ciudad

- **BASED DOCUMENT
NETWORK 14
PUBLIC SAFETY IN THE CITY
URB-AL PROGRAM
THE EUROPEAN COMMISSION**

- **DOCUMENTO BASE
REDE 14
SEGURIDADE CIDADÁ NA CIDADE
PROGRAMA URB-AL
DA COMISSÃO EUROPEA**

- **DOCUMENT BASE
RESÉAU 14
SÉCURITÉ CIVILE DANS LA VILLE
PROGRAMME URB-AL DE LA COMMISSION EUROPÉENNE**

VALPARAÍSO, CHILE
OCTUBRE DE 2003

O presente texto é o documento base da Rede-14, "Seguridade Cidadã na cidade" o qual se encontra na segunda fase do programa URBAL, que é um programa de cooperação da Comissão Europeia com América Latina.

Sua apresentação permite dar os alinhamentos do início da Rede e será apresentado no Seminário de lançamento da mesma, o qual se efectuará em Valparaíso nos dias 8, 9 y 10 de Outubro de 2003.

Em sua elaboração hão trabalhado os seguintes expertos: Enrique Oviedo, quem é sociólogo, consultor da divisão de seguridade cidadã do Ministerio do Interior de Chile; Adelaida Vanhove, etnóloga, integra o equipo do Foro Europeo para a Seguridade Urbana; e Jorge Jáuregui, arquiteto da Universidade Nacional de Rosario (Argentina), trabalha para a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Rio de Janeiro. Ademais dos editores Claudia Ulloa y Jorge Ríos, que forman parte do equipo de trábalo da cérula de coordenação da Red-14.

A todos eles estamos profundamente agradecidos pelo trábalo realizado.

Gustavo Paulsen
Coordenador
Rede-14
Programa URB-AL

INDICE

1. APRESENTAÇÃO	6
1.1 Valparaíso, Nosso Desenvolvimento	6
1.2 Valparaíso e a segurança cidadã, suas estratégias e seus lógos	7
1.3 A rede-14	8
1.4 Estrutura do documento base	9
2. ¿EM MEIO DE QUE FATORES SOCIAIS ESTÃO CONSTRUINDO A DIMENSÃO DE SEGURIDADE CIDADÃ DA POPULAÇÃO DE NOSSA CIDADE?	10
2.1 Governo Local e seguridade cidadã	11
2.2 ¿Que fenômenos sociais, conformam as problemáticas que determinam o desenvolvimento de cidades inseguras, ameaçadas vulneráveis?	12
2.2.1 Visão e ação segmentada no território	12
2.2.2 Privatização da cidade	13
2.2.3 Segregação urbana	14
2.2.4 Individualismo e violência: desconfianza de um outro	16
2.2.5 Inseguridade e medo	17
2.2.6 Desconfianza nas instituições do Estado	17
2.2.7 Desconfianza nas polícias	18
3. QUÉ SUCEDE NO INTERIOR DAS CIUDADES EM AMÉRICA LATINA E EUROPA	19
3.1 Caracterização para a avaliação do crimen em América Latina e Europa	19
3.1.1 Conductas delituais	20
3.1.2 Outras violencias	21
3.1.3 A modo de conclusão	23

4. EUROPA NA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATEGIAS PARA AUMENTAR A SEGURIDADE DE SUA POPULAÇÃO	23
4.1 Resposta europeia, o trabalho local e interdisciplinário	24
4.2 Prevenção do crimem em Europa	26
4.2.1 O desenho de políticas na União Europeia	26
4.2.2 Objetivos e prioridades da prevenção do crimem para a União Europeia	26
4.2.3 Exemplos de projetos locais europeos sobre dispositivos cooperativos o contractuales de luta contra la exclusão social e inseguridade ¹	27
5. AMÉRICA LATINA, TRAS NA BÚSQUEDA DE ESTRATEGIAS PARA AUMENTAR A SEGURIDADE DE SUA POPULAÇÃO	36
5.1 Políticas para gerar maior seguridade cidadã	36
5.1.1 Enfoques convencionais	36
5.1.2 Enfoques mais integrais	36
5.1.3 Criterios Transversais	37
5.2 Geração de redes para el fortalecimiento da seguridade cidadã	37
5.3 Exemplos de projetos locais em América Latina sobre dispositivos cooperativos ou contractuales de luta contra a exclusão social e a inseguridade.	38
6. TEMAS DE DEBATE DOS ATELIÊRES	43
6.1 ATeliêr N° 1: “Seguridade Cidadana, Políticas Públicas e Configuração Urbana”	44
6.2 ATeliêr N° 2: Seguridade Cidadana no Âmbito Privado	45
6.3 ATeliêr N°3: Instrumentos e âmbitos de atuação em Seguridade Cidadana	45
6.4 ATeliêr N° 4: Seguridade Cidadana e Sociedade Civil	46
7. BIBLIOGRAFÍA CONSULTADA	47

¹ Estos ejemplos provienen de un estudio realizado en el año 2001 por el Forum Europeo para la Seguridad Urbana (J.P. Buffat), con el apoyo de la Comisión Europea (Dirección General de Empleo y Asuntos Sociales): “Las políticas cooperativas y contractuales ¿Favorecen un enfoque integrado y global de la lucha contra la exclusión social?”

PROGRAMA URBAL

RED 14: “Seguridade cidadã na Cidade”

1. APRESENTAÇÃO

1.1 VALPARAÍSO, NOSSO DESENVOLVIMENTO

A cidade de Valparaíso está localizada no litoral central do território Chileno Continental, se encontra na Região homônima de Chile, possui aproximadamente 295.000 habitantes. É uma das cidades mais grandes e antigas do país.

Valparaíso é sem dúvida uma cidade especial, tanto por seu aspecto topográfico, físico e urbanístico, como por sua história e suas tradições. Desde suas origens foi definida no complemento de dois fatores que através do tempo foram determinando seu perfil. Estes foram, seu caráter urbano e a atividade portuária, pelo que se pode dizer que desde seu nascimento que foi estruturando alrededor da dualidade de ser conjuntamente cidade-porto, o que lhe deu um especial desenvolvimento a cidade, otorgando-lhe fama de cidade boêmia e cosmopolita.

Esta cidade historicamente tem sido o lugar estratégico onde há nascido as maiores inovações que apresentam nossas sociedades latinoamericanas em seu processo de modernização. “Em Valparaíso, sua história registra múltiplos sucessos que confirmam sua natureza de ser inovadores e pioneiros. Valparaíso como primeiro porto de Chile e do Pacífico, o primeiro em ter navegação a vapor, pioneiro em transvias a cavalo e elétricos, o primeiro em ter telégrafos, redes de telefones, redes d'água potável, a imprensa, a criação do diário o Mercurio, as primeiras transmissões de televisão do país, etc.

Apesar desses grandes logros, o acelerado processo de urbanização, com suas respectivas migrações, mais a abertura do Canal de Panamá e a modernização portuária foram paulatinamente desencadenando problemas sociais que hoje constituem o foco prioritário da intervenção a nível de governo comunal; como a pobreza, o desemprego, a violência e a falta de oportunidades na nossa população local.

Hoje Valparaíso passa a formar parte da Lista de Patrimônio mundial, “Valparaíso é um testemunho excepcional da fase temprana da globalização do avançado século XIX, quando ademais se converteu no porto comercial líder das rotas navieiras da costa do Pacífico Sudamericano”.

1.2.- VALPARAISO E A SEGURIDAD CIDADA, SUAS ESTRATÉGIAS E LÔGROS

Em 1995, a de Valparaíso incorporou no seu Plano de Desenvolvimento da Cidade, explicitamente, objetivos estratégicos que postulam melhores níveis de seguridad e cidadã.

As principais diretrizes dos objetivos estratégicos para melhorar a seguridad cidadã em Valparaíso tem sido as seguintes:

- ✓ Apoio aos processos institucionais e sociais que fortaleçam as relações de confiança entre as polícias e a comunidade.
- ✓ Incentivo aos projetos e ações que fortaleçam as relações solidárias entre vizinhos e vizinhas.
- ✓ Promoção da autogestão do bairro de projetos e ações de recuperação de Estados públicos.
- ✓ Criação de instâncias de participação cidadã para a definição de projetos e ações sociais que melhoem a seguridad e nos bairros. Uma política de seguridad cidadã não adquire a característica de democrática pelo simples fato de ser gerada desde uma autoridade democrática; para está informado no âmbito dos temores e das inseguridades das pessoas é necesario comunicar-se com a cidadania.
- ✓ Compreensão de que a seguridad e cidadã não se limita na ação e evolução da delinquência, sinão que invólucra um conjunto complexo de dimensões que demandan processos sistemáticos de produção de conhecimento; considerando que algumas das tais dimensões encontram-se fora da visibilidade cidadã, como por exemplo: a violência intrafamiliar.
- ✓ Validação duma política de seguridad e cidadã que exige simultâneos e múltiplos esforços para constituir-se em uma intervenção geradora de impátos: aos aspéctos já mencionados, se debe agregar a necessária comunicação intersectorial das políticas e programas governamentais; assim como um consenso entre atores públicos, no governamentais e sociais.
- ✓ Incorporação da temática da seguridad e cidadã nos conteúdos das atividades de capacitação dirigidas a funcionários municipais e aos dirigentes das organizações sociais.
- ✓ Valoração dos intercâmbios de experiências com outras cidades.
- ✓ Por último, definição de uma política concebida para o conjunto da cidadania, considerando especialmente como um de seus objetivos, a superação de qualquer atitude discriminatória ou violenta que algum setor promova contra outro em nome da seguridad .

Como expressão do anterior, desde o ano 2001 e até o ano 2005, a municipalidade de Valparaíso executa, com o apoio do Ministério do Interior, um Programa de seguridad e cidadã que tem fixado sua centralidade na construção social ou comunitária da seguridad cidadã.

O Programa de seguridad cidadã de Valparaíso, é responsável dos critérios expostos nos pontos anteriores e, sobretudo, assume as seguintes considerações:

Primeira: Os âmbitos da insegurança cidadã que se devem enfrentar localmente, devem ser expressão de processos efetivos de participação da própria cidadania.

Segunda: A insegurança da cidadania não se relaciona unicamente com a presença de delitos, e sua diminuição demanda linhas programáticas específicas.

Terceira: Valorar significativamente a associação ativa da cidadania e se promove a transversalidade da temática de segurança e cidadã.

Quarta: É necessário instituir novas e melhores práticas orientadas à resolução pacífica de conflitos entre os habitantes, assim como entre eles e as instituições.

Para assumir a direção do Programa, a municipalidade de Valparaíso constituiu um Conselho comunal de segurança cidadã. Dito Conselho de segurança cidadã tem definido como um espaço de encontro e comunicação dos distintos atores comprometidos na temática; atualmente participam representantes: das polícias, das organizações de vizinhanças, das câmaras do comércio, das universidades, das organizações juvenis, as organizações estudantis, os clubes esportivos, as ONG's e domunicípio.

O Programa considera três etapas: a elaboração de diagnósticos participativos, a definição dum Plano comunal e a administração de um Capital para Projetos Sociais Concursáveis

Por um lado, para a elaboração do Diagnóstico e do Plano comunal há de privilegiar a metodologia participativa, operacionalizada mediante sistemáticas convocatórias às organizações territoriais e funcionais da cidade, com as quais não desenvolvido ateliêres de autodiagnóstico.

Também tem realizado o primeiro estudo de percepção do delito e vitimização; questionário que permitiu estabelecer as condições subjetivas e objetivas prévias ao início do Programa e que permitirá avaliar os impactos do Programa logo depois do seu segundo ano.

Com estas distintas aproximações diagnósticas, tem sido tecnicamente possível incorporar na política comunal as percepções de insegurança da cidadania e simultaneamente estabelecer as relações com indicadores de frequência de delitos e de vitimização.

1.3.-A REDE 14

Valparaíso é a cidade coordenadora da Red Temática Nº14, segurança cidadã na Cidade, do Programa URBAL de cooperação descentralizada da Comissão Europeia com América Latina.

O objetivo geral da RED é fortalecer as capacidades de gestão no campo da segurança cidadã, das entidades locais, europeas e latinoamericanas, mediante o intercâmbio de experiências a difusão e aplicação de "práticas idôneas".

A Rede incorpora a cidades e instituições latinoamericanas e europeas² que no âmbito do Programa, segundo suas afinidades territoriais, urbanas e/ou temáticas, estabelecerão alianças estratégicas para a formulação, a gestão e a execução de projetos inovadores e com ums.

Para a Rede Nº14, lograr cidades seguras com habitantes seguros admite trabalhar sobre um conjunto de fatores causais ou associados a violência urbana³, entre elas as relacionadas aos delitos, faltas e condutas não cidadãs.

A Rede⁴ comenta a problemática da seguridade cidadã, desde a perspectiva das políticas preventivas que podem plantear os governos locais para melhorar a seguridade objetiva subjetiva dos habitantes —pessoas, famílias, vizinhanças e comunidade— de nossas populações urbanas fazendo destes lugares heterogêneos de inclusão, respetuosos e hospitalários. Desde nossas perspectivas a seguridade e não pode lograr fomentando fanatismos, racismos ou práticas discriminatórias de exclusão social, seja dos jóvenes como também de drogodependentes, imigrantes, pobres ou minorias étnicas, entre outros.

A Rede opone a criminalização da pobreza e/ou da migração; e assume que os conflitos sociais devem ser resuolvidos, ao interior da comunidade de maneira pacífica.

A Rede favorece a co-produção da seguridade onde participam em conjunto, autoridades públicas, polícias, instituições públicas e privadas e a comunidade, de uma maneira democrática.

1.4.- ESTRUTURA DO DOCUMENTO BASE

O documento base sobre seguridade ***Cidadã na Cidade*** tem sido elaborado de acôrdo a uma estrutura metodológica que permite ir desenvolvendo um processo lógico. Primeiro, define a problemática,

² De Bélgica, Amberes e Região de Bruselas; De Espanha, Albacete, Viladecans, Barcelona, Bilbao, Santa Cruz de Tenerife, Donostia - San Sebastián, Alcobendas, Madrid, Valencia, Valdemoro, Getafe, Lleida, Granada, Gijón, Badalona, La Linea De La Concepción, Málaga; De Francia, Lyon, Nanterre, Rennes, Marseille, Lamentin; De Italia, Asti, Venecia, Trento, Monterotondo, Padova, Provincia di Padova, Génova, Región de Sardeña, Región do Veneto, Provincia de Treviso, Provincia de Luca, Region Toscana, Region Marche, Com ume de Perugia, Provincia de Prato; De Portugal, Vila Real de Santo Antonio, Loures, Guimarães; De Argentina, Gobierno de Mendoza, Malvinas Argentinas, Buenos Aires, San Isidro, Rosario, Córdoba; De Bolivia, La Paz, Cochabamba, Río Claro; De Brasil, Rio De Janeiro, Juiz de Fora, Goiania, Vitoria, Belem, Piracicaba, Sao Caetano Do Sul, Belo Horizonte, Diadema, Campinas, Uberlandia, Macaé, Foz de Iguazu, Florianopolis, Sao Paulo, Feria de Santana, Juazeiro, Santos, Santo André, Guarulhos, Araguari, Porto Alegre; De Chile, Purrunque, Calama, Copiapó, Coronel, Viña Del Mar, San Pedro de a Paz, Maule, Maullín, San Ramón, Lo Espejo, La Pintana, El Bosque, San Joaquín; De Colombia, Manizales, Gobernación de Risaralda Santa Marta, San Juan de Pasto, Barranquilla, Neiva; De Costa Rica, Cantón de Abangares, San José; De Cuba, La Habana; De El Salvador, San Salvador, Nueva San Salvador, Acajutla, Antiguo Cuscatlan, Sens umtepeque; De Ecuador, Sucre Bahía de Carquis, Quito, Guayaquil; De Guatemala, Antigua Guatemala; De Honduras, Yoro; De México, Chilpancingo dos Bravo Guerrero, Corregidora Querétaro, Benito Juárez, Distrito Federal, Guadalajara, Tlalnepantla de Baz, Puebla, Manzanillo, Guanajuato, Cañitas de Felipe Pescador, La Heróica Villa de San Antonino Castillo Velasco, Teziutlán, Tapachula, Teotitlan de Flores Magon, Pihuamo, Oteapan, Oaxaca de Juárez, Carlos A. Carrillo, Ixhuatlan de Madero, Atlequizayan; De Nicaragua, De a Concepción; De Panamá, David; De Paraguay, As umción; De Perú, Lima, M umicipalidad de Barranca, Lince; De Uruguay, Montevideo, Salto; De Venezuela, Maracaibo. Os organismos asociados son: Federación de M umicipios de Centro América (Femica), Universidad de Valparaíso, Foro Latinoamericano para a seguridade Urbana e a Democracia(FLASUD), SUR, Corporación de Estudios Sociales e Educación, Espiral emitat de Serveis asc., U. Nacional de Rosario, C.de Educ Guaman Poma de Ayala PE, Politecnico de Milano, milano it, dpto de arquitectura e planificación, Forum Europeo para a seguridade Urbana, Universidad Nacional Del Nordeste, Cord. Para América L e el Caribe do Prog de Ges.Urbana PGU-ALC, fundación SEPA(Servide Estudios Proyectos e Analisis), Arci Cultura e Sviluppo, Centro de Estudios emSeguridad Ciudadana U. De Chile.

³ Se incluye, entre otras, a inseguridad producto do peligro do automóvil, as catástrofes naturales, así como as relacionadas a a falta de acceso a sistemas de protección o reparación.

⁴ entérminos generales, adherimos a Os contenidos do “Manifiesto de Ciudades: seguridadDemocracia” de Nápoles 2000, do Foro Europeo por a seguridade Urbana, adaptado e firmado, luego (2001) por el Foro Latinoamericano de seguridade Ciudadana e Democracia.

conceptualiza, para ter um dispositivo comum de discussão. Posteriormente, realizar-se-á um breve análises descritivo da realidade contextual que afeta as sociedades ocidentais. Passando desde esse momento em adiante a diagnosticar a situação da insegurança cidadã na região Latinoamericana e Europeia. Para posteriormente conhecer as políticas públicas implementadas pelos governos locais com suas respectivas experiências práticas. Conhecendo dessa maneira as estratégias utilizadas para combater a violência e delinquência ao interior das cidades. Estratégias que finalmente conformarão os temas de debate e projeção futura para a implementação das novas práticas locais para a diminuição da insegurança cidadã.

Quadro sinóptico

- 1.- Conceptualização segurança cidadã.
- 2.- Fenômenos sociais que afetam negativamente a evolução das nossas cidades.
- 3.- Violência e criminalidade em América Latina e Europa
- 4.- Europa, estratégias e práticas de segurança cidadã implementadas.
- 5.- América Latina, estratégias e práticas de segurança cidadã implementadas.
- 6.- Linhas estratégicas de cooperação.

2. ¿EM MEIO DE QUE FACTORES SOCIAIS HÃO CONSTRUINDO A DIMENSÃO DE SEGURIDADE CIUDADÃ NA POPULAÇÃO DE NOSSAS CIDADES?

Quando nos remetimos aos múltiplos significados que leva a palavra –Seguridade Humana– devemos perguntar-nos como construímos a seguridade em nossas vidas cotidianas, em meio a que fatores individuais e socio-culturais definimos nossa seguridade, a de nossos grupos familiares, de nossos trabalhos, de nossa cidade, o lugar territorial pelo qual nos deslocamos diariamente, como construímos uma rede social capaz de responder em forma conjunta, como comunidade, as necessidades de seguridade e proteção que requeremos como cidadãos.

É mais ou menos parecida a ideia que quase todos nos temas de seguridade, algo assim como não temer a uma agressão violenta, sentir que é respeitada a integridade física, poder disfrutar da privacidade do lar sem medo de ser assaltado, poder circular tranquilamente pelas ruas, sem temer um roubo ou uma agressão, confiar nos demais membros de minha comunidade, etc. Ao parecer, sua definição é bastante mais ampla do que pensávamos e forma parte do informemundial do desenvolvimento humano 1994: “Ao falar de seguridade da cidade ou seguridade pública fazemos alusão a uma dimensão mais ampla que uma simples supervivência física. A seguridade é uma criação cultural que hoje em dia implica uma forma igualitária (não jerárquica) de sociabilidade, um âmbito compartilhado livremente por todos. Esta forma de **trato civilizado** representa o fundamento para que cada pessoa possa desplegar sua subjetividade em interação com os demais. Está em jogo não somente a vida da pessoa individual, mas igualmente de toda a sociedade.”

O medo frente ao delito comum ou a violência, tem uma longa história, mas alcança dimensões alarmantes a causa dos processos de urbanização e industrialização. A violência se traslada do campo à cidade, onde o desarraigo dos imigrantes, as desigualdades sociais e a instabilidade laboral favorecem a delinquência. Autores do começo do século destacam como o trabalho febril favorece a desorganização da

família tradicional, o abandono de meninos, a aparição massiva de vagos e indigentes; todo isso acentuado pelo alcoolismo e la frequente imp unidade. O temor provocado pelo deterioro da antigua ordemda da convivência social toma corpo nas chamadas **classes perigosas**. Mas que a criminalidade (limitada) é a violência (difusa) a que imprime a “questão social “ sua virulência.

Nossas sociedades estão gerando diversos instrumentos e estratégias para contról ar a delinquência, a violência (em suas distintas modalidades), como também criando sistemas sociais que possa manter a ordem social. Sabemos historicamente que as estratégias para o contról social, era de forma repressiva e coercitivo. Agora nossa visão de futuro na temática tem uma nova orientação, onde a prevenção, a participação cidadã, a abertura de espaços públicos mediante a implementação de programas de desenvolvimento constituem os maiores desafios para tratar a temática, pondo ênfasis em aumentar o acesso à justiça que tem os cidadãos más vulneráveis das nossas sociedades.

2.1 Governo Local e seguridade cidadã

A cidade é o lugar por excelência onde se expressam as contradições e as tensões da modernidade. O Governo Local das cidades ou municípios, cumpre um rol fundamental no desenvolvimento social e econômico do território porque é um âmbito de estreito contato com os atores sociais, portanto deveria obter informações com maior facilidade das aspirações e necessidades do povo, e assim reponder com maior flexibilidade frente a suas demandas, procurando manter canais de comunicação que permitam o estabelecimento de níveis de confiança, disminuindo conflitos.

Às autoridades locais, que dispõem da legitimidade democrática, lhes corresponde o primeiro lugar em manter a coesão social entre os habitantes e, por conseguinte, entre os territórios. Um dos requisitos para fazer realidade as ventagens dos Governos Locais, consiste em fomentar a participação da comunidade em todos seus níveis, desde a informação, passando pela opinião, contestação e avaliação, até o exercício da decisão. De fato, a participação é a dimensão central na relação entre a sociedade civil e o Estado. A participação destaca, dentro de outros grandes aportes que lhe reconhecem na atualidade, por constituir um das base da governança⁵ por que seu exercício é percebido pelos acadêmicos e políticos como uma forma de incrementar o capital ou patrimônio social⁶ de uma localidade, região ou país.

Uma política de seguridade cidadã desenvolvida desde os Governos Locais, deve entender as formas específicas que os cidadãos, numa cidade, compreende, senti, e imagina a violência, o

⁵ Palavra que provém da tradição teórica da ciência política anglosaxona e é utilizado como medida de desenvolvimento social. O Banco Mundial define como a maneira em que exerce o poder no manejo dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento, dirigido não somente ao poder dos governos, sinão que também ao da sociedade civil e do mercado. A estabilidade, madurez e confiança que um determinado sistema social pode dá a quem lhe observa, relaciona-se à forma em que este logra resolver os conflitos sociais de sempre. A habilidade demonstrada por um sistema social para resolver conflitos, é uma expressão de um bom governo, uma aproximação, como também melhor distribuição do poder, dando como resultado uma distribuição equitativa dos beneficios e custos sociais.

⁶Entendido por um conjunto de usos, costumes e normas que indicam o grau de lealtade, solidariedade e intercâmbio entre famílias, barrios ou regiões. Também emtendemos pelas capacidades, habilidades de aprendizagem, necessárias para que uma sociedade se desenvolva econômica e socialmente. O capital social, assim como o econômico pode se manter, incrementar ou perder-se. O capital social econômico estão relacionados múltualmente. Uma má distribuição econômica afeta a possibilidade de estabelecer e fortalecer o capital social. Quando as com unidades se empobrecem, entretanto outras se enriquecem sua reserva de capital social se perde, diminuindo a confiança e as redes de reprodução que facilitam a cooperação mútua em beneficio da com unidade. Moser, Caroline (1996) Pobreza Urbana, políticas sociais genero em um contexto de crise economica. Assentamentos Humanos, pobreza e gênero, Santiago.

desemprego, as enfermidades, entre outros. Resulta de suma importância entender e atuar sobre as percepções do povo com o objetivo de conhecer os aspectos que mais preocupam aos cidadãos, como diminuir seus temores, e fortalecer a credibilidade das instituições sociais.

Por outra parte, no âmbito objetivo do problema se deve intervir sobre os fatores de risco mais importantes, como por exemplo: o porte e uso de armas de fogo, o excessivo consumo de álcool, drogas, a exposição à violência nos meios de comunicação, de educação em valores e normas de respostas aos conflitos sociais, entre outros.

2.2.- ¿Quais são os fenômenos sociais que conformam as problemáticas que determinam a formação de cidades inseguras, ameaçadas e vulneráveis?

2.2.1 Visão e ação segmentada no território

Um problema comum às instituições públicas e privadas de nossas cidades, do qual não escapam os organismos encarregados de dar segurança aos habitantes, é o da descoordenação dos esforços e a falta de uma visão de cidade.

Embora o tema da segurança cidadã é comum a todo território nacional, os problemas de crescente insegurança da pessoa, produto do uso e abuso da violência, encontramos principalmente nas grandes cidades ou cidades intermédias, em muitas das quais existe uma sobreposição de poderes: Governo Central, governos locais, diferentes instituições públicas e privadas que de uma ou outra maneira atua sobre essas cidades.

As principais cidades metropolitanas e muitas cidades intermédias em Latinoamérica, apresentam uma significativa tendência ao crescimento demográfico. Consequentemente, podemos assumir uma tendência de expansão de suas áreas urbanas, as que sobrepõem diferentes limites territoriais (em alguns casos nas cidades; outros nos municípios), criando-se problemas de coordenação, de superposição de competências e de perda de vantagens comparativas da aglomeração urbana.

Em geral, os problemas de nossas cidades se entende setorialmente (vivienda, água, eletricidade, caminhos, segurança, educação, saúde), ou concentram-se em unidades menores, como as comunas. Mesmo assim, para as cidades constituídas por mais de uma comuna ou em processo de conurbação, a gestão da cidade como *unidade* pluricomunal —isto é, como área metropolitana— não forma parte do sentido comum, nem das autoridades, nem das instituições públicas e privadas, onde o cidadão común não adquire participação. A racionalidade predominante reconhece os problemas por setores, ou no âmbito do bairro ou da comuna, mas não efetivamente nenhuma dimensão territorial maior⁷.

⁷ Oviedo e Rodríguez (2001), Gestión urbana e gobierno de áreas metropolitanas. Serie Medio ambiente e desarrollo. División de Medio Ambiente e Asentamientos Humanos, Santiago de Chile.

A paradoxa é que embora a maioria dos problemas na cidade procura ser entendido setorialmente ou segmentadamente em pequenas unidades de território, não é possível resolver-los dessa maneira. A seguridade é um bom exemplo dele. De todos é sabido, por exemplo, que nos casos dos delitos contra a propriedade, que constituem mais do 70% do total de delitos nas cidades, os lugares onde se delinquem, comercializam os objetos, por último onde residem os que cometem esses delitos, não são os mesmos. Adicionalmente, o traslado dos delitos é uma variável que implica a coordinaçãoa em um nível maior que a unidade.

2.2.2 Privatização da cidade

Nossas cidades perdem seus espaços públicos, privatizándo-se. Em América Latina se fala de cidades duais⁸, onde convive a urbe cosmopolita e globalizada com a população pobre, marginalizada e criminalizada. Elas têm características por: extensão, população de alta segregação socioeconómica e por seu monocentrismo, ou quando existe mais de um centro, pela desigualdade de distribuição dos bens e serviços.

Em América Latina, as cidades dos restaurantes caros, centros financeiros e hotes de luxo, coexiste outra realidade, das populações ou bairros miseráveis. Os delitos esporádicos da exuberante cidade, principalmente em contra da propriedade, contrastan com o som das balas, dos assaltos violentos, a invasão da droga e da violência estatal da cidade desamparada⁹.

Tanto em Europa como em América Latina, as cidades cada vez mais procura ser lugares funcionais ao trabalho e disfunmcionais à necessidades de encontro social —entre gente heterogênea—, de lazer ou descanso. A família buscar aos *mall* —atuais praças públicas—, supermercados, cadenas de restaurantes, onde hão de conciliar o passeio, a recreação com o consumo. Em nestos sítios o contacto dá-se entre iguais, num ambiente controlado e protegido.

Nossas cidades estão sendo complexedadas. Nelas convivem diferentes grupos humanos com diversos estilos de vida e cresce a produção e distribuição de bens e serviços socioeconômicamente segmentados. A velocidade e a fragmentação marcam a vida social.

Em quase todos os países de Europa se observa uma diminuição constante do número de delitos relacionados com o domicílio, não obstante aumentam proporcionalmente os crímens nos espaços públicos, na rua, em lugares destinados à recreação e o ócio. Os espaços públicos nas cidades europeas se vêm enfrentados pelas manifestações de agresividade e violência cada vez mais aberta. Coincidentemente com o aumento deste tipo de condutas, as autoridades técnicas e políticas, designers e executores das políticas públicas, parecem haver abandonado estos espaços, não presentando novas idéias, descuidando então a cidade e o seu papel como um lugar possível para estabelecer o vínculo social¹⁰.

⁸ Durante os anos 80 e 90, a literatura sociológica de EEUU e América Latina usou a metáfora da cidade dual para descrever os efeitos da polarização econômica no território.

⁹ Um bom livro que relata com precisão esta realidade, por meio de retratos etnográficos, é: Wacquant L (2001). *Parias Urbanos. Marginalidade ea cidade a começos de milênio*. Manantial, Buenos Aires, Argentina

¹⁰ A maioria das profissões sociais ou daquelas associadas a mantimento da ordem pública em Europa, se exercem de maneira reativa e em oficinas fechadas. Esto deve ser transformado; requiere um grande câmbio na primeira línea do serviço público. Tem que reconstruir uma estima pelo público, desde a emtrada dos edificios, passando pelos “*parqueos*”, comércio e transporte, até os centros culturais. A ação não pode ser redusida a certos bairros, sinão que deve chegar a tóda a cidade sem distinção.

As cidades ao perder seus espaços de interação social, de determinação recíproca dos seus habitantes, onde se constrói a identidade coletiva, aumentam sua percepção de insegurança. A importância dos espaços públicos há sido destacada por autores como Oscar Newman e Bill Hillier. Para Newman, o controle social do espaço público —lugar defendível— é básico para solucionar o problema da vulnerabilidade das zonas residenciais, das famílias, das pessoas. Hillier considera importante a existência de um espaço público de encontro, de copresença, para o desenvolvimento de uma comunidade sã. O controle natural do lugar público é dado pela presença das pessoas nas ruas, praças e passagens, entre outros.¹¹

2.2.3 Segregação urbana

A ante-sala das atitudes e condutas violentas de nossos países são situações de desemprego, pobreza, exclusão social, marginalidade e todo seu contexto, é o que provoca um sentimento de indignidade.¹²

Os *ghettos*, lugares extra-muros da cidade, onde habitam minorias (às vezes muito numerosas), nascem em nossas cidades como resultado da tripla ação da pobreza, da inequidade e da segregação social. A vida nessas condições tem como consequência a cristalização de valores, usos, costumes e normas, de desintegração social, de caráter tipicamente urbano.

As cidades se segregam por diferentes causas: física, funcional, econômica ou cultural, os acidentes geográficos, as peculiaridades das atividades econômica¹³ e residenciais¹⁴, as diferenças de ingressos per capita e familiares, assim como as particularidades correspondentes às idades¹⁵, as ideologias¹⁶ ou étnicas, influem sobre as características de cada lugar da cidade. Embora é certo que todo o anterior pode ser admitido como parte do caráter diverso da cidade, em nosso mundo atual, funciona como uma maneira de distinguir e separar aos grupos sociais segundo suas possibilidades de acessar ao conjunto de bens e serviços que a cidade lhes fornece. O caso das favelas do Rio¹⁷ mostra como um processo de urbanização inconsistente, favorecido pela topografia sinuosa de seus “morros”, que ocupou durante décadas somente a parte “formal” da cidade, pode provocar uma dinâmica físico-social de exclusão tolerada, consentida, cujo resultado é uma cidade dividida entre asfalto —cidade formal— e morro —cidade informal—, cada uma com suas próprias lógicas, seus códigos, suas leis, que produzem insegurança em seus cidadãos.

Investigações na área¹⁸ estabelecem correlação entre uma alta segregação e a presença de problemas urbanos de ordem funcional como a distância e acessibilidade, integração social e a falta de delitos. Em cidades segregadas desde um ponto de vista econômico e social, o temor aumenta,

¹¹ Greene M. (1999). Vulnerabilidade ao delito no espaço residencial: um enfoque configuracional. Em Ministério de Vivienda e Urbanismo (1999). Espaço urbano, vivienda e seguridad e cidadã. Santiago de Chile, pág. 20 e 21

¹² Em América Latina, a persistente existência de bolsões de extrema pobreza e miséria nas cidades, unidas a cenários econômicos de inflação, mercados nacionais forçados nas regras do jogo econômico, constituem um dos principais fatores associados à insegurança dos habitantes.

¹³ Atividades industriais, financieras, comerciais, entre outras.

¹⁴ Por exemplo, diferenças entre viviendas de um, cinco ou mais andares.

¹⁵ Bairros Universitários, esportivos ou para a terceira idade, são um exemplo.

¹⁶ Seitas, com unidades de artistas, empresários, ou dos que compartilham um estilo de vida comum, entre outras

¹⁷ As favelas de Rio de Janeiro (Brasil) têm seu homônimo nos bairros jovens de Lima (Perú) ou Santiago (Chile). Em cidades europeias, de igual maneira é possível distinguir as zonas urbanas das residências de habitantes acomodados dos setores de imigrantes, por exemplo.

¹⁸ Sabatini F. (1999) “A segregação espacial e seus efeitos sobre os pobres e a segurança e cidadã”. Em: Ministério de Vivienda e Urbanismo. Espaço urbano, vivienda e seguridad e cidadã. Santiago de Chile.

principalmente, em seus recintos públicos. Nestos sítios a sensação de insegurança significa uma baixa integração entre os habitantes de distintos estratos sociais.

Os crimes violentos hoje têm maior visibilidade nas cidades. A influência dos meios de comunicação de massas —diários, rádio, televisão—, nas percepções dos habitantes é inquestionável. Mesmo assim, não é possível desconhecer a existência dum aumento da insegurança e temor, que há incidido na adopção de medidas de autoproteção e defesa, como evitar determinados lugares, comprar grandes cães que ladrem fortemente, comprar armas, colocar grades de ferro nas casas, instalar sistemas de alarmas e/ou câmaras de observação, contratar guardas privados de segurança, entre muitas outras. A percepção de insegurança também tem acompanhado —ja seja como causa ou efeito—, de grandes câmbios em forma espacial das cidades, dentro de estos destacam novas modalidades de ordenamento dos lugares públicos e privados.

Em muitas cidades através do mundo, os grupos de ingressos altos, estão vivendo, trabalhando, comprando e recreando-se em lugares fechados, já não usam as ruas e espaços públicos. Estos estão entregados à gente sem casa, os mendigos e os meninos da rua. A gente de estrato alto movilizam em autos privados, entre seus sofisticados departamentos ou casas e suas oficinas. Cada lugar com estacionamentos, e complexos sistemas de segurança¹⁹.

Podemos afirmar que é num território socialmente construído —estigmatizado, condenado, rechaçado do resto da cidade—, onde vai produzir a subjetivação²⁰ do indivíduo e sua vinculação a subculturas específicas. Nos casos onde as subculturas misturam-se com a atuação dos grupos de poder delitivo relacionados com o tráfico de drogas²¹ e a prática de violência armada —muitas vezes unido ao exercício da violência policial—, formam as condições de confinamento progressivo para a vida da comunidade. Isto impide o desenvolvimento da participação social e da solidariedade, características essenciais dos bairros populares de muitas das cidades latinoamericanas. Baixo certas circunstâncias, a opção pela violência constitui como um dos únicos modos da validação social, de obtenção de reconhecimento e de alternativa “profissional” para muitos adolescentes e jovens.

Os habitantes dos bairros pobres marginados, onde residem delinquentes perigosos, são doblemente vitimizados. São vítimas fáceis de seus próprios vizinhos delinquentes e da sociedade que lhes estigmatiza: não têm acesso a trabalho, os empréstimos bancários e os créditos de casas comerciais, entre outros.

Contribui à adopção da violência nos bairros marginais, a degradação do trabalho como direito social. Sem trabalho reconhecido socialmente, os indivíduos perdem dignidade, afetando negativamente a constituição de sua subjetividade, e corroendo seu carácter²². o trabalho constitui um modo de sublimação das pulsões, uma forma de inserção do indivíduo na sociedade, que lhe confere identidade, permitindo-lhe construir laços sociais e entregando-lhe o prazer individual.

¹⁹ United Nations Centre for Human Settlements, Habitat (1996).

²⁰ Los valores e normas “objetivados” nacultural de una sociedad no son reconocidos como propios, aparecen lejanos e difusos. em conjuntos sociales marginados, a afirmación de a identidad es un hecho extremadamente difícil que se logra em grupos de pares caracterizados por su carácter de no-ciudadanos e informalidad, reflejada em su acceso al trabajo, así como al conjunto de bienes e servicios que brinda a ciudad: agua, electricidad, seguridad eeee e justicia, entre otros.

²¹ em contextos como Os descritos, es previsible que se agraven Os conflictos sociales e que factores como el narcotráfico adicionen nuevos elementos de inestabilidad. El narcotráfico tiene impactos sobre as economías locales, así como sobre a marcha dos sistemas políticos.

²² Para profundizar sobre este tema ver Senett Richard (2000) The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism. W.W. Norton & Company. EEUU.

Em muitos casos de estas zonas pobres da cidade, a degradação do trabalho, une a progressiva perda do sentido protetor e de sustém da família²³, convertida, cada vez mais, em lugar de intercâmbios provisórios e ameaçados.

A debilidade do rol das famílias, a perda do apoio comunitário externo como o das Escolas, a fragilidade ou inexistência de normas sociais integradoras, dão origem a um contexto para o desenvolvimento de atitudes e condutas violentas. Parte importante da predisposição ao delito dos meninos e jovens populares, resulta de uma tendência a neutralizar os efeitos da violência sofrida, ao mesmo tempo de encontrar um lugar valorado por seus pares e um reconhecimento social mais amplo, mesmo que somente seja por meio da intimidação.

2.2.4 Individualismo e violência: desconfiança de um outro

Vivemos em sociedades de maneira individualistas, hedonistas e desculpabilizadas. A velocidade, a oferta do mundo moderno, apresenta como valores ao êxito, a audácia e o triunfo rápido. São tempos nos quais prevalece o sentimento de viver num tempo de câmbios rápidos, num mundo desbocado (desenfrenado)²⁴.

Parte dos habitantes de nosso planeta se beneficiam da era da globalização, dos câmbios nas funções de cada um dentro da família e a expansão dos sistemas democráticos; a comunicação entre as pessoas de distintas partes do mundo democratiza-se com o uso da internet, as mulheres ingresam ao mundo laboral e ganham espaços de igualdade, os partidos políticos convivem e colaboram mais com os movimentos sociais, entre outros. Estão num mundo que nos permite viver em um segundo o mágico da transcendência e o infinito. Apesar da cara oposta do nosso tempos, onde nos mostra países que ainda tem uma frágil democracia assim como outras instituições sociais são débeis, como resultado seus habitantes estão inseguros, temerosos de perder o acesso à saúde, educação, e até mesmo a paz.

Os marginados economicamente e culturalmente, como também os imigrados ou representantes das minorias raciais vivem em mundo de exclusão. A violência dos jovens marginados, por exemplo, resulta do choque entre uma sociedade que perpetua o progresso e tolerância, e uma realidade cotidiana de *ghettos*²⁵.

Em termos de indivíduo, a velocidade do nosso tempo fica associado a atitudes e condutas de ansiedades²⁶ e adicção²⁷. A "liberação do inconsciente", na sua versão negativa, atrai consigo os desordens de identidade²⁸.

²³ A família cumpre, entre seus rol, o de ser uma instituição social que entrega estabilidade relacional aos sujeitos e os acompanha em seu processo de socialização cedo

²⁴ Ver Giddens Anthony (2000). Um mundo desbocado. Os efeitos da globalização em nossas vidas. Taurus, Pensamentos, Madrid, España.

²⁵ Lipovetsky G. (1986). A era do vazio. ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Anagrama, Coleção Argumentos, Barcelona, España.

²⁶ Sentimento de estar continuamente perdendo um grande número de coisas que passam por fora de nossas vidas. Ver Jean – Paul Fitoussi, Pierre Rosanvallon (1997), A nova era das desigualdades, Manantial, Buenos Aires, Argentina.

²⁷ A necessidade de consumir.

²⁸ Os desordens de identidade que se opõem aos desordens da repressão, quando nas sociedades prima o inconsciente coletivo, as normas, por sobre o inconsciente individual.

Muitas condutas na cidade incorporam maior violência. Tal parece ser que atrás dela se encontra ao menos um fator comum: pouco respeito pelo o "outro", o diferente, o distante, o alheio. Em alguns casos pode ser o "pobre", o "forâneo", o "velho". Os roubos terminam com sequestros, violações e/ou homicídios; nas reuniões populosas como as apreciadas nos estádios e/ou recitais musicais, que revela evidência de agressividade; a ingesta dependente de drogas fortes as quais associam com delitos violentos.

Em ocidente os delitos tem forma más endurecida, independentemente de que em alguns países há tendência a estabilizar enquanto a sua frequência; prolifera as condutas criminais desprofissionalizando. Um número maior de roubos é cometido com armas de fogo e a violência não se relaciona necessariamente ao hampa²⁹(palavra designada para falar da cultura da cárcel).

2.2.5 Insegurança e medo

A percepção de insegurança aumenta³⁰ estando intrinsecamente relacionada com o medo. Este sentimento de inquietude causado por um perigo real o imaginário, incide nas atitudes e condutas do povo e a longo prazo têm efeitos nos valores e normas dos mesmos. O temor, produto do sentimento de insegurança na cidade, faz que os habitantes vivam situações limites de grande impacto psíquico. A exposição das pessoas a situações que provocam medo e ameaçam su integridade físico-psicológica, influe na sua qualidade de vida e em condutas pouco apropriadas e adaptativas.

A insegurança tem efeito na vida social, provocando auto-isolamento, desconfiança, o apoio ao contról Estatal dos âmbitos privados, públicos e coletivos, a repressão, o uso de la violência, prolifera. Ao interior das cidades os bairros estabelecem limites físicos evidentes com grandes murallas ou emtradas protegidas por guardas privados, entretanto que o mercado das alarmas, citófono e armas crescem.

2.2.6 Desconfiança nas instituições do Estado

Um tema comum à realidade de Europa e América Latina, é a crise da confiança nas instituições do Estado. A informação em geral, indica más avaliações para os políticos, os sistemas de justiça e penal. Em muitas destaca uma crescente avaliação negativa frente ao modo de trabalhar das policias, principalmente nos setores populares.

Resultados preliminares de investigações da América³¹ há de colocar-la em um estado de alerta. A desconfiança nas instituições do Estado —justiça, polícia, entre outras— estão relacionada com a maior violência da população. Especialmente quando trata de "tomar a justiça pela própria mãos".

²⁹. Lipovetsky G. (1986) Op. Cit

³⁰ Existe información de sobra para apoiar a afirmación de que a percepción e a realidade sobre a violencia no coinciden necesariamente. La percepción depende de muchos factores, entre Os que destacan as experiencias personales, as transmitidas a través de a familia, grupos de pares, o Os medios de com umicación de masas, entre otros.

³¹ Organización Panamericana de Saúde (1999). Revista Panamericana da Saúde. Número especial sobre violência, vol.5., nro. 4/5, Washington.

2.2.7 Desconfiança nas polícias³²

Um dos principais problemas de seguridade cidadã que se dá nas cidades, especialmente as latinoamericanas, dizem muito do rol das polícias. O aumento dos delitos violentos, a maior percepção da inseguridade das pessoas, unidas a um vazio de políticas públicas na área, tem influenciado na propagação de serviços particulares de segurança. Os quais cumprem a labor policial; algumas vezes resultam ser complementários.

As polícias privadas representam um problema difícil de dissimular em nossas cidades. As oficinas privadas de seguridade representam fontes de ocupação para os policias aposentados e, em muitos casos salários sobrepassam aos que estão exercendo. Isto último não é un dato menor, já que o Estado gasta na formação e especialização de seus polícias, entretanto as instituições privadas, por sua competitividade no mercado, podem contratar sem assumir o costo desse treinamento.

A seguridade e não pode convertir num negócio, onde quem pode pagar mais, tem maior acesso a ela. A seguridade é un Derecho de todo habitante, que debe ser garantizado ao interior das nossas cidades com un serviço de igual qualidade técnica e ética.

Em muitas de nossas cidades existem a necessidade de gerar planos de seguridade e inter-estatais, inter-cidades, no próprio país ou entre países, que têm vínculos entre suas policias. Nossomundo globalizado, é também no âmbito dos problemas de seguridade cidadã: cidades turísticas, financeiras, entre outras, que estão vinculando-se através de organizações criminais pelo roubo de veículos, tráfico de obras de arte ou órgãos, (trata de brancas) a, prostituição infantil, ou pelo negócio do narcotráfico, entre outros.

Não obstante a necessidade de atuar em redes além dos limites da cidade, no âmbito local policias requerem estreita suas relações com un conjunto de atores encarregados de desenhar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas. Em muitas favelas, populações juvenis, a polícia não tem acesso, simplesmente, porque não podem passar por una pendiente, por una rua demasiado estreita ou por que simplismente estão fechadas : físicamente não permitem acesso aos veículos policiais. Além do mais, existem: desprêzo, irreverência, desconfiança e temor da comunidade pelos policias, sendo adoptada condutas de libre rechazo desde certos grupos sociais —até mesmo uso da força e inclusive uso de armas, impossibilitando cada vez mais a chegada dos polícias a estos lugares da cidade.

Um dos problemas más importantes que debe enfrentar a polícia —especificamente latinoamericana—, e o deterioro da sua imagem como instituição dentro da sociedade; situação que, con características particulares, comparte em conjunto algumas instituições públicas do Estado.

Em muitos casos a situação de inseguridade, tem sido agravada produto da falta de idoneidade de un modelo de Polícia e Forças Armadas em geral —as quais muitos polícias adscribem diretamente— para relacionar-se com o mundo civil. Certas respostas reativas a fenómeno da criminalidade dos anos noventa —Tolerância Zero por exemplo— aparecem como repetidas leituras de modelos doutrinários militares profundamente desacreditados despóis do acionar dos aparatos de represão dos governos de

³² Oviedo E (2000). Policias de proximidade para as cidades chilenas. Temas Sociais Nº35, Edic. SUR. Sur Corporação de Estudos Sociais e Educação, Santiago de Chile.

fato em Latinoamérica —Seguridade Nacional, reedição do ‘inimigo interno’—, levado adiante entre outros entes, precisamente pela Polícia.

Muitas políticas criminais não fracassado por sua precipitação, improvisação e falta de respeito aos direitos e garantias individuais das pessoas. O anterior não há contribuído por certo a melhorar o estado de ansiedade e sensação de inseguridade. É preciso pensar em táticas para alcançar um maior compromisso cidadão com polícia; educar e entregar recursos legais à polícia que está trabalhando nas ruas das cidades para que possa cumprir com o seu rol de mediador nos conflitos de menores, coordenar a prevenção e repressão do delito em uma estreita relação com o sistema de justiça,³³ desenhar e pôr em operação soluções inovadoras, e estabelecer e manter um forte vínculo com a comunidade, baseado num mútuo conhecimento, respeito e confiança. Com o anterior mencionado estão aludindo a necessidade de promover ou fortalecer as experiências das polícias de proximidade, que assistem, ajudam as vítimas —por exemplo, a apresentar demandas—, e lhes manifestam compreensão e respeito.

3. QUE SUCEDE AO INTERIOR DAS CIDADES EM AMÉRICA LATINA E EUROPA

A inseguridade cidadã tem sido a inquietude mais importantes dos habitantes de América Latina e Europa; Mais ainda, este fator emocional tem se transformado em uma variável chave para examinar a situação dos países, tanto para os eleitores ao momento de avaliar seus governantes, como também para empresários e organismos internacionais na hora de tomar decisões —entre outras, a de investir— com esses respectivos países que exibem altos índices de criminalidade.

3.1 Caracterização geral da avaliação do crimem em América Latina e Europa

A criminalidade em América Latina se caracteriza por uma participação cada vez mais alta de jovens e menores; e associa a situações de exclusão social tais como o desemprego, a maior frequência de meninos na rua, o analfabetismo e o abandono escolar. Todo isso, em contextos de fortes crises econômicas e conflitos políticos.

Segundo informação da OMS, estima que no ano 2000 a violência juvenil (10 a 29 anos), cobrou vidas a 199.000 pessoas (9 de cada 100.000 habitantes). Latinoamérica junto a África compartilham as taxas mais altas de homicídio juvenil; Europa Ocidental encontra dentro das zonas com mais baixas taxas. A OMS constata que salvo o caso de EEUU os países com altas taxas de homicídios estão em via de desenvolvimento e vivem processos de câmbio social e econômico³⁴.

Em América Latina, o aumento dos delitos estão sendo vividos em contextos de crescimento de tráfico e de abuso de drogas, assim como a maior posse de armas brancas e de fogo, produto —entre outras coisas— da globalização da criminalidade organizada.

Em Europa, a partir dos anos noventa, a delinquência começou a diminuir nos países do Oeste ao mesmo tempo que transformaram os tipos de atos de criminalidade. Em Inglaterra, a criminalidade, a

³³ Em Espanha há implementado uma polícia local com funções de polícia judicial, situação que parece interessante como maneira de resolver delitos menores e descongestionar o sistema de justiça.

³⁴ Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud (2002). Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen. Washington, D.C., p. 15 e 16.

pesar de manter muito alta em comparação com outros países europeus, há diminuído em um 8% entre 1993 e 1995; e mais de um 10% entre 1995 e 1997.

Diferente foi a situação para os países do Leste europeu. Isto, produto dos profundos câmbios econômico e sociais vividos, manifestaram importantes aumentos da criminalidade que terminaram empanhando seus processos de democratização.

No Oeste, os crimes contra a propriedade diminuíram entretanto aumentava a representação — proporção no universo— dos crimes em contra das pessoas; nos países do Leste, os delitos contra a propriedade acrescentaram aos crimes contra as pessoas, os quais sempre foram muitos elevados.

De maneira geral, em Europa os jovens estão muito mais implicados na criminalidade que os adultos, seja como vítimas ou como autores. Em alguns países, incluso, a violência desde os menores e em contra deles, é bastante elevada. A identificação social e o seu consiguiente aumento de sensibilidade nas pessoas, há destacado os problemas de prostituição, exploração sexual, pedofilia. Não obstante, não existe informação dura que permita confirmar o aumento real desse tipo de criminalidade nos países europeus.

Por outra parte, o aumento da violência relacionada com as culturas estrangeiras, com étnicas e incluso com condições sexuais, assim como toda particularidade física, de raças, é uma constante em Europa. Esta criminalidade não é muito significativa em relação com as cifras registradas, mas sim é desde um ponto de vista ideológico. Simbolicamente, é demaseado grave para as sociedades europeas³⁵.

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO VÍTIMA DE CRIMEM EM CIDADES COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

	Roubo e dano a veículo	Roubo a domicílio	Outro Roubo	Assalto	Todos
América do Norte	43	24	25	20	65
América do Sul	25	20	33	31	68
Europa do Este	27	18	28	17	56
Europa do Oeste	34	16	27	15	60
Ásia	12	13	25	11	44
África	24	38	42	33	76
Total	29	20	29	42	76

Fonte: UNICRI (Instituto de Investigação de Crimem e Justiça de Nações Unidas)

3.1.1 Condutas delituais

As estadísticas no tema indicam que os delitos característicos das cidades domundo são os denominados delitos contra a propriedade: hurtos, roubos com força e roubos com violência. segundo informação publicada no año 1996 pela *United Nations Centre for Human Settlements* (HABITAT), basada

³⁵ a violência “racista” é muito importante em razón do medo que provoca às vítimas, quens tendem a não denunciar estos atos. Também demonstram uma grande debilidade por parte do trabalho de investigação dos serviços de polícia.

em um estudo que aplicó um questionário internacional de vitimização (1988-1994), a 74,000 pessoas em 39 países, demonstra que as cifras de roubos nomumdo são significativas em todos os continentes. Um 29% da gente reconheceu haver sido vítima de roubos com danos a seus veículos, um 20% de roubos com força, um 29% de outros roubos, e um 19% de assaltos e outros delitos con contato pessoal. Um 61% da população das cidades do mundo disse haver sido vítima ao menos uma vez nos últimos cinco anos³⁶.

Según informação disponível, entre las décadas dos 70 e 80, la criminalidade crece em quase todos os países de América e Europa.

Investigadores latinoamericanos³⁷ estiman que la violêcia em la región es um fenômeno recente, de las últimas décadas. Para avalar esta informação se basan na observação de las taxas de homicídios dos países. Durante os anos 60 e 70 encontram que era muito similar, e em algumas oportunidades inferior, aos dos Estados Unidos —dez homicídios por cada cem mil habitantes—. Até os fins dos anos oitenta e começo dos noventa os países latinoamericanos haviam experimentado um crescimento em suas taxas.

Mesmo que seja possível falar de um aumento das taxas de homicídio na região, esta situação não é comum a todos os países. De fato, a taxa de homicídios varia significativamente nos distintos países e cidades. Somente a modo de exemplo, exceto determinados países como El Salvador e Guatemala presentam taxas de 150 homicídios por cada 100.000 habitantes, em Chile, registra uma taxa de 3 homicídios.

Tomando como referência datos internacionais dos años 1994-95, estos estabelecem tres grupos de países, de acôdos a seu nível de violêcia. Os países com níveis baixos de homicídios, taías como Argentina, Chile, Uruguay, Costa Rica, com uma taxa de homicídios que podia estar entre 3 e 6 por cada cem mil habitantes. Num nível alto encontrariamos a Colombia com uma taxa de 77 homicídios por cada cem mil habitantes e o El Salvador com uma taxa de 117 homicídios por cada cem mil habitantes. E em um nível médio estariam, México e Venezuela com uma taxa de entre 20 e 25 homicídios por cada cem mil habitantes³⁸. Estos datos concordam com os apresentados pelo o Bancomumdiar, a Organização Panamericana da Salud e Habitación, basados em cifras de fins dos oitenta e os primeiros cinco anos dos noventa.

3.1.2 Outras violências:

Ao interior das famílias

A violêcia intrafamiliar, contra casal e contra dos meninos, com diferente magnitude, está presente em todos os países, tôdas as culturas e estratos socioeconômico. Esta forma parte das violências básicas vividas em Latinoamérica e Europa.

³⁶ United Nations Centre for Human Settlements, Habitat (1996). Source: UNICRI (United Nations International Crime and Justice Research Institute) (1995), Criminal victimisation of the developing word, Rome, drawing from UNICRI and Ministry of Justice of the Netherlands, international survey of victims of crime (1988-1994), based on a sample of 74,000 persons in 39 countries.

³⁷ Roberto Briceño León (1999). Proposta de formação do Grupo de Trabalho de CLACSO Violencia e Sociedade. Programa de Actividades para 1999.

³⁸ Idem.

Em América Latina, a preocupação pública por este tema surge só a mediados da década dos oitenta, produto —em primeiro momento— dos estudos e trabalho de organizações não governamentais, muitas das quais estavam apoiadas por recursos europeus.

Um lugar onde vivenciam muitos atos violentos é no interior das famílias. Em Latinoamérica, é mais provável que uma mulher seja agredida em sua própria casa por seu convivente, que fora de seu lar por um desconhecido; de igual maneira, a informação disponível indica que as agressões infantis são mais frequentemente feitas por seus próprios pais ou por quem os cuidam ou por estranhos³⁹. Em 48 questionários de base populacional realizados em todo o mundo, entre o 10% e o 69% das mulheres indicaram haver sido vítimas de agressões físicas por parte de uma parilha masculina em algum momento de suas vidas. A maior parte do que haviam sofrido agressão física não foram submetidas a múltiplos atos de violência durante largos períodos de tiempo⁴⁰.

Em um questionário aplicado durante 1997 a uma mostra representativa de 7 cidades de países latinoamericanos e 1 de Espanha, se pudo observar que 4% de bofetadas a seu casal, entretanto que 2% os golpes com um objeto duro durante o ano prévio ao estudo. A maior parte dos golpeados com um objeto duro também bofetaram ao seu casal. A frequência de agressão física foi mais frequente entre os que manifestaram beber com excesso bebidas alcoólicas que os que não faziam⁴¹. Um estudo latinoamericano —em Equador— denota que as agressões à mulher de um convivente estão associadas a alteração dos papéis tradicionais do trabalho, assim como a precariedad laboral do homem⁴².

Referente a informação disponível, é possível afirmar que na maior parte dos países, os meninos são as principais vítimas de golpes e castigos físicos, entretanto que as meninas têm maior risco de infanticídio, abusos sexuais e abandono. Entre os que cuidam filhas das mulheres recorrem mais que os homens ao castigo físico, mas são os homens quaisquer que estão mais envolvidos em situações de meninos com lesões graves ou mortais⁴³.

O mesmo instrumento de medição, o questionário aplicado em 1997 em 8 cidades selecionadas de América Latina e Espanha, revelou que o castigo físico para disciplinar aos meninos é alto; um 15% dos homens havia pegado palmadas a um menino e um 6% havia pegado com um objeto duro, durante o mês prévio ao questionário. Entre as mulheres, um 24% havia pegado palmadas a um menino e um 11% havia pegado com um objeto duro, durante o mês anterior ao questionário⁴⁴. Um estudo de prevalência de maltrato infantil em Chile, realizado por Unicef em 1994, a meninos de entre 12 e 17 anos, mostrou que um 63% dos meninos haviam recebido algum tipo de violência; um 23% violência psicológica, um 29% violência física leve e um 34% violência física grave⁴⁵.

³⁹ Larraín Soledad (2002). Violencia en familia e transmisión de pautas de comportamiento social. em: Carrión Fernando Edit. seguridad Ciudadana ¿espejismo o realidad?. Flacso Ecuador – OMS/OPS, Quito.

⁴⁰ Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud (2002). Informe mundial sobre la violencia e la salud: resumen. Washington, D.C., p. 18.

⁴¹ O questionário foi aplicado as populações de 18 a 70 anos de idade de Río de Janeiro e Salvador de Bahia, Brasil, Santiago, Chile; Cali, Colombia; San José, Costa Rica; San Salvador, El Salvador; Caracas, Venezuela; e Madrid, España. Para maior informação ver: Orpinas Pamela (1999) ¿Quem é violento? Factores asociados com comportamentos agressivos em cidades selecionadas de América latina e Espanha. Em: Investigaciones em Saúde Pública, Documentos Técnicos 3, OPS, Washington D.C. pag.11

⁴² Ernst Miriam (2002). Ser mujer un factor de riesgo. Em: Carrión Fernando Edit. seguridad Ciudadana ¿Espejismo o realidad?. Flacso Ecuador – OMS/OPS, Quito.

⁴³ Idem, pag.19

⁴⁴ Orpinas P, Op Cit

⁴⁵ Larraín, Op. Cit

Violência autoinfligida

Outro tema de preocupação atual em muitas de nossas cidades é o suicídio. No ano 2000 suicidaram no mundo 815.000 pessoas, aproximadamente uma em cada 40 segundos⁴⁶.

Apesar de que o o suicídio é décima terceira causa de morte no mundo⁴⁷, investigações internacionais, circulam informação que coloca al suicídio entre a segunda e terceira das causas de mortes de jovens de 15 a 19 anos de idade. Sua incidência havia triplicado nos países ocidentais nos últimos trinta anos, especialmente entre adolescentes e adultos jovens, o que constituiria um problema importante de saúde pública.

A taxa tentativa de suicídio é maior em adolescentes que em adultos, mesmo assim a letalidade é mais baixa: a relação é de uma morte entre 60 a 200 intentos em adolescentes contra uma morte cada 13 intentos em adultos. A taxa anual de suicídios para todas as idades alcança aproximadamente aos 10 por 100.000 habitantes, com diferenças entre os distintos países. As tentativas de suicídio são maiores nas mulheres, entretanto que os suicídios consumados são maiores nos homens que nas mulheres. Isto se explica por pautas de socialização como expressão de raiva(ira) e o uso de métodos mais violentos e irreversíveis.

Somente de um 20% a um 25% dos suicidas se associam a transtornos psiquiátricos — depressões unipolar ou bipolar, abuso de álcool e drogas—. os fatores de risco são o abuso do álcool e as drogas, os abusos físicos e sexuais na infância e o isolamento social. Um intento prévio de suicídio tem grande valor como fator de predição⁴⁸. Dos 30% ao 50% dos suicidas tendem a reincidir. O risco é maior entre os três e seis meses que seguem ao intento inicial.

3.1.3 A modo de conclusão

Não são somente os delitos os que preocupam aos países de Europa e América Latina, não que o conjunto de condutas violentas ao interior de nossas sociedades, desde as auto-infligidas, passando pelas que se vivem ao interior das famílias, até a que afetam pequenos grupos de pessoas ou os vínculos da comunidade. Intranquiliza o conjunto de condutas não cidadãs e violentas que sem ser delitos — o que não chegam a constituir-lo porque não denunciam-lhes —, dar origem a malestares nos habitantes de nossas cidades e mermam a vida urbana.

Como é possível apreciar, um conjunto de condutas violentas nos últimos anos, não tido um relevante crescimento, tanto em frequência como em diversidades de expressão, presentes em diferentes grupos sociais, especialmente de meninos e jovens.

⁴⁶ Idem, pag. 23

⁴⁷ Idem, pag.23

⁴⁸ Idem, pag.24

4. EUROPA NA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATEGIAS PARA AUMENTAR A SEGURIDADE DE SUA POPULAÇÃO

4.1 Resposta europeia, o trabalho local e interdisciplinário

Desde os anos 70, os países de Europa têm desenvolvido respostas diversas para lutar contra a insegurança: criação de *Concelhos Nacionais da Delinquência* em 1971, em Dinamarca, implementação de estruturas especializadas equivalentes em Bélgica, tais como o *Secretariado Permanente à Política de Prevenção* (1992) ou mais tarde em Alemanha, o *Forum Alemão para a Prevenção do Crime* (2001), lançamento de programas nacionais de prevenção da criminalidade numa maioria dos estados europeus e desenvolvimento da cooperação ao nível local.

Estas respostas correspondem também a uma demanda social cada vez mais forte frente a uma situação que pode atribuir, em grande parte, à crise dos sistemas de regulação relacionados com o Estado-Providência⁴⁹ e de sinais de preocupação por parte dos poderes públicos. A isto também devemos acrescentar a atitude dos responsáveis políticos locais que muitas vezes são os primeiros em ter que responder as solicitações do povo e têm tomado consciência do efeito das questões de segurança e nas atitudes, normas e condutas da sociedade, assim como especificamente em suas decisões em períodos de eleições. Por estes as autoridades públicas se encontram na busca de modelos de ação ou simplesmente de dispositivos concretos que permitam diminuir a violência, delinquência e o temor.

É sabido que as noções e os conceitos podem diferenciar de um país europeu a outro, mas a luta contra a criminalidade é uma prioridade tanto no nível local, como nacional ou europeu, sem distinção.

A pesar da transversalidade de todas as políticas existentes, o interesse demonstrado pelas políticas nacionais e europeias diante do âmbito local, constitui um ponto importante das iniciativas desenvolvidas. A pertinência do local no tratamento da criminalidade aparece desde o princípio dos anos noventa⁵⁰ e estendendo-se durante esta época. Por exemplo, o Programa Nacional de Prevenção da criminalidade finlandês indica que a solução mínima concernente à prevenção da delinquência juvenil para os ajuntamentos consiste em uma cooperação local entre os serviços sociais, os serviços da educação, os serviços da juventude e o da polícia¹⁵.

Certos governos têm introduzido programas orientados à promoção de desenvolvimento local, relacionados com a segurança e cidadã. entre estes podem citar-se: 1) Inglaterra e o País de Gales, onde o governo laborista há impulsionado uma forte dinâmica cooperativa no âmbito da segurança e com *Crime and Disorder Act* de 1998 que vincula a atribuição de recursos financeiros governamentais à existência de uma cooperação efetiva; 2) Bélgica, onde os primeiros Contratos entre os municípios e o Ministério do Interior foram assinados em 1992. São Contratos de Prevenção e Contratos de Prevenção e de segurança¹⁶; 3) Itália, onde têm implementado protocolos de segurança e e Contratos de segurança

⁴⁹ Sobre as políticas de prevenção e de segurança e em Europa (2001): reflexões introdutivas sul um tournant, P. Hebberecht, D. Duprez in Revista "Déviance et Société", vol. 25.

⁵⁰ Isto sucede na "European Urban Charter" (Conselho de Europa, 1992); no "Relato Salish 'Report on Petty Crime in Urban Agglomerations and its Links with Organised Crime'" (Parlamento Europeu, 1993); na Conferencia "Petrozavodsk" (Congreso de Autoridades Regionales e Locales de Europa, 1999); e finalmente, no "Nairobi International Forum on Urban Poverty" (U.N., 1999).

¹⁵ Working together for a safe society, (1999) [Trabajando juntos para uma Sociedad Segura], Programa Nacional de Prevención do Delito, Ministerio de Justicia, conselho Nacional para a Prevención do Delito, Finlândia.

¹⁶ A partir de janeiro de 2002, esta distinção entre Os Contratos de Prevenção e Os Contratos de segurança e e de Prevenção devia ser suprimida.

entre as prefeituras e os ajuntamentos; 4) França, onde em 1997 lançou o programa de Contratos locais de seguridade e¹⁷ despóis de muitas iniciativas empreendidas desde princípios da década do oitenta.

Aparte ou reconhecimento do âmbito local, tôdas as principais iniciativas têm em comumn a idéia de: acrescentar uma aproximação interdisciplinária, uma articulação de políticas de seguridade e e acompanhamento, o estabelecimento de associação entre os atores de prevenção, assim como o desenvolvimento de aproximações favorecendo a proximidade com os ciudadões. Estas prioridades fazem da seguridade e dos individuos e da propiedade, um tema no desenvolvimento atual de nossas sociedades⁵¹.

Um mito no trabalho sobre o tema da seguridade e ciudadã europea o constitu o *Foro Europeo para la seguridade Urbana*⁵², que desde 1987 há enfocado suas actividades em intercâmbios entre atores europeos. entre elas, o '*Safety and Democracy Manifesto*⁵³ constituiu um passo importante no reconhecimento da pertinência para as cidades, esta rede de lidar com o crimem localmente, o que levó as cidades e instituições involucradas a formulação de princípios de ação conjunta sobre a prevenção do crimem.

O trabalho prévio ao *Safety and Democracy Manifesto*, realizado pelo Fôro Europeo para a seguridade e Urbana e apoiado pela União Europea, permitiu estudar melhor os métodos usados a nível local para lutar contra o crimem, especialmente com a criação das organizações permanentes de cooperação⁵⁴. Estas haviam dado importância à diversidade de contextos locais e nacionais, assim como os recursos aos Estados e cidades.

Neste mesmo sentido , tôdas as políticas realizadas nas cidades hão sido inovadoras e hão demonstrado a capacidade dos habitantes dum território para atuar. Embora, as diferenças não impedem —em teoria e prática—, comparar e intercâmbiar experiências locais porque estas implicam individuos —perpetradores, vítimas ou ciudadões— e jurisdições amiúde similares. Neste contexto, não es sorprendente observar que uma cantidade considerável dos trabalhos realizados em Europa referente a prevenção del crimem, chegam a conclusão da necessidade de desenvolver intercâmbios de conhecimentos técnicos e de experiências. Este tema dos intercâmbios é agora recorrente, assim o demostra o Prêmio Europeo Anual da Prevenção do crimem, que recompensa projetos locais.

¹⁷ O dispositivo dos Contratos Locais de seguridade e foi instaurado pela circular interministerial do 28 de octubre de 1997.

⁵¹ As Nações Unidas, durante o 10th Congress for Crime Prevention and Dealing with Delinquents (Vienna, 10-17 Abril 2000), marcarom a importância de realizar esforços com vista a 'integrar a prevenção do crimem no desenvolvimento de estratégias nacionais e internacionais'. De igual forma o faz o Artigo 29 do Tratado de Amsterdam (1997); o Conselho Europeo de Tampere (15-16 Octubre 1999), a Conferência Praia da Falesia (4-5 Mayo 2000) ; em 2001, o apoio da Comissão Europea pela iniciativa da Presidência francesa da União Europea, assim como de Suécia para o estabelecimento da European Crime Prevention Network Official (Journal of European Comm unities (16 December 2000, reference number C 362/15).

⁵² Asociación no gubernamental de cerca de trescientas ciudades europeas.

⁵³ Manifesto of the 'Safety & Democracy' cities,(2000) Foro Europeo para a seguridade Urbana, Nápoles, Diciembre,

⁵⁴ Em particular: Michel Marcus e Catherine Vourc'h, (2001) *Outils pour l'action*, Foro Europeo para a seguridade e Urbana, Diciembre 1996; e Jean-Paul Buffat, *Les politiques partenariales et contractuelles favorisent-elles une approche intégrée et globale de a lutte contre l'exclusion sociale?*, Foro Europeo para a seguridade Urbana, Diciembre 2001.

4.2 Prevenção do crime em Europa

4.2.1 O desenho de políticas na União Europeia

A política europeia de prevenção do crime é uma construção relativamente recente.

No âmbito da prevenção do crime, um documento precursor é a *European Urban Charter*⁵⁵ — Carta Urbana Europeia—, proclamada em 1992, que reúne uma série de princípios para uma gestão urbana apropriada em estes temas. O texto constitui um esforço importante na elaboração de um corpo de princípios de ação referentes à prevenção do crime. Nele se proclama a necessidade de levar as políticas nacionais de segurança e ao território, baseando-se na pertinência dos programas no espaço da cidade⁵⁶.

A Carta Urbana Europeia, no tema número 6, de segurança e urbana e prevenção de crime, expõe uma série de princípios para uma política simultânea de cidadã a escala local. Entre eles destacamos que a política:

- 1) Deve basear-se na prevenção, na aplicação de lei e na ajuda mútua;
- 2) Deve basear-se nas estatísticas e informação qualitativa, compreensiva e atualizada;
- 3) Deve implicar a cada membro da comunidade;
- 4) Deve significar colaboração estreita entre a polícia e a comunidade local;
- 5) Deve considerar programas em contra do tráfico de drogas;
- 6) Deve incluir programas de reabilitação dos vitimários, assim como para prevenir recaídas e promover alternativas à encarceramento;
- 7) Deve incorporar ajuda ou apoio às vítimas de violência; e
- 8) Deve ser reconhecida como uma prioridade social e comprometer recursos financeiros crescentes.

4.2.2 Objetivos e prioridades da prevenção do crime para a União Europeia

Para a União Europeia, a prevenção do crime implica:

- 1) Reduzir as oportunidades que facilitam o crime;

⁵⁵ European Urban Charter, Congress of Local and Regional Authorities of Europe ((1992) CLRAE, European Council, 1992. Para a União Europeia, o desenvolvimento de um modelo da prevenção do crime veio mais tarde. Entretanto a Estocolmo Conference (1996) examinou a relação entre a prevenção do crime e a exclusão social, foi o Tratado de Amsterdã o que marcou um passo importante na área da prevenção do crime a escala europeia da União. De fato, em seu artigo 29, o Tratado menciona a prevenção do crime.

⁵⁶ Fraseando a Gilbert Bonnemaison, no sexto tema da *European Urban Charter*, Prevenção urbana da segurança e do crime, se pode dizer que a segurança não é estranha ao enfoque deliberadamente local e aos princípios encarnados nela.

- 2) Atenuar os fatores que simplificam —a uma pessoa— entrar em condutas delitivas, assim como recaídas em caso de haver sido rehabilitada;
- 3) Evitar a vitimização;
- 4) Redução da sensação de insegurança;
- 5) Promover uma cultura de legalidade; e
- 6) Prevenção da infiltração de estruturas econômicas pelos elementos criminais.

Para alcançar estes objetivos, a União Europeia aposta a garantir uma melhor coordenação entre as políticas públicas existentes. Assim, sugere unir as políticas de segurança e cidadã com as políticas sociais e urbana. A modo de exemplo, é assim como o Parlamento, o Conselho de Regiões e a Comissão Europeia, fazem sua a tarefa de estabelecer a dimensão urbana das políticas de prevenção do crime.

Na mesma esfera de preocupação, a Comissão Europeia há apoiado a iniciativa tomada pela Presidência francesa e sueca, referente à criação de uma rede europeia da prevenção do crime que se preocupa, em detalhe, dos temas planteados durante o Conselho de Europa em Tampere. Exatamente, entre as prioridades de trabalho⁵⁷ desta organização encontramos o relacionado com crime urbano:

- a) Os acontecimentos que afetam a vida no espaço local”, particularmente roubos, atos criminais contra os automóveis e as pessoas assim como *graffitis* e vandalismo;
- b) A mediação social —resolução de conflitos—, a redução do crime graças pela renovação urbana e planos arquitetónicos e a concluir normas de construção dos automóveis.

Desde aqui em diante, o pensamento europeu que tende a favorecer um modelo de política da prevenção do crime não é autónomo —como um bom número de atores nacionais e locais o proclama—, porém constitui uma síntese de acordo as iniciativas e práticas actuais.

4.2.3 Exemplos de projetos locais europeus sobre dispositivos cooperativos ou contractuais de luta contra a exclusão social e a insegurança⁵⁸

1.- EXPERIÊNCIA ESPANHOLA⁵⁹:

⁵⁷As prioridades de trabalho são, em realidade, o fruto da reflexão das instituições europeas em sua avaliação das políticas de prevenção do crime empreendidas pelos Estados membros. Outras das prioridades são: A delinquência juvenil: a) fatores de risco: álcool, drogas, recursos económicos e sociais limitados; b) impacto de programas tendo como objetivo a modificação do comportamento; c) práticas judiciais e reparativas; d) *partenariado* entre a polícia e os serviços sociais para prevenir delinquência juvenil; Crime relacionado com as drogas: a) aplicação da lei e medidas preventivas; b) prevenção graças a políticas sociais e de saúde; c) as relações entre o crime organizado e crime em geral; Partenariado: a) desenvolvimento da interdisciplina; b) articulação das políticas de segurança e do acompanhamento—políticas sociais e educativas, entre outras—; c) desenvolvimento do *partenariado* entre os atores da prevenção —noção de co-produção—; d) desenvolvimento da proximidade aos cidadãos —planos da polícia e justiça—.

⁵⁸Estos exemplos provêm de um estudo realizado em 2001 pelo Fórum Europeu para a segurança e Urbana (J.P. Buffat), com o apoio da comissão Europeia (Direção Geral de Emprego e Assuntos sociais): “*A políticas cooperativas e contractuais ¿Favorecen um enfoque integrado e global da luta contra a exclusão social ¿*”

⁵⁹de Paz Cidadã. Conceitos para a prevenção e contenção do lito. N.º15, Agosto de 1988.

1.1 O conselho de seguridade e urbana de Barcelona

O Conselho de seguridade Urbana de Barcelona constituiu em junho de 1984, tendo como base um modelo de autoridades, coordenação de políticas e participação comunitária. Desde essa data o Conselho há desenvolvido um grande labor pois tem socializado e democratizado o tema de seguridade e cidadã, ao mesmo tempo que promove a diminuição das taxas de delitos na cidade.

Uma parte importante da política de seguridade cidadã em Barcelona em sua opção pelo o desenvolvimento e proteção do espaço público, em oposição a um plano baseado em só eficiência da trilogia Polícia - Justiça - Prisão.

Alguns exemplos de trabalho de Conselho a nível dos bairros so:

- a) **Ciutat Vell:** Reabilitação urbanística e social. Isto faz referência de uma série de ações para reduzir atividades que têm lugar na via pública: fechamento de pensões degradadas, reabilitação através de cursos de formação destinados a prostitutas, contról da delinquência e drogadição nas ruas;
- b) **Eixamplé:** Vigilância e seguridade e dos centros de ensino(educar), contról das atividades ilegais na via pública (vendedores ambulantes, limpadores de parabrisas nos semáforos, etc.). Adicionalmente se criou a Comissão de Contról de Locais de Pública Concorrência, e
- c) **Sants – Montjuic:** Medidas de seguridade es em praças e áreas verdes.

1.2 Práticas de seguridade e urbana. Falta de conservação dos parques e jardins públicos, Barcelona.

Seu objetivo era:

- a) Reduzir os níveis de decisões e resolver os problemas em sua origem;
- b) Os “conservateurs” são responsáveis do mantimento dos parques a nível das decisões e de execução, quer dezer que eles contról em todo o que tem que ver com o parque;
- c) O chefe da zona mantém contato com os serviços da polícia municipal para solucionar problemas urgentes;
- d) Os “conservateurs” intervêm para hacer cumprir as normas e regras da utilização do parque, por exemplo para a utilização ofensiva dos jogos por jovens, e
- e) Eles trabalhham todos os dias, incluso os fins de semana.

Para poder cumprir com os objetivos, foi planteada as seguintes estratégias:

- a) A contratação é feita através de um chamado a concurso e a posterior aprovação de um exâmem. O primeiro critério de contratação é um conhecimento profundo de departamento de parques e jardins de Barcelona, saber as características de como conservar um espaço verde, e ter capacidade de tomar e seguir decisões.
- b) Foram realizadas reuniões conjuntas com a polícia e a justiça, com o fim de identificar os problemas e prioridades dos parques.

O resultado da implementação de este plano foi:

- a) A melhor utilização dos espaços públicos;
- b) Bom clima de cooperação;
- c) Geração de emprego, e
- d) Há tido um bom impácto na polícia e na justiça, por seus resultados.

2.- EXPERIÊNCIA BELGA ⁶⁰:

2.1 PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA NOS BAIRROS

A secretaria permanente para política de Prevenção tem feito um projeto para reduzir a delinquência nos bairros, a que consiste em um enfoque integral dos problemas que afetam aos bairros. Involucrando as diferentes partes em conflito e se preocupa de abordar os problemas existentes de maneira gradual.

Em Bélgica não promovido iniciativas locais em materias de alojamento, trabalho, integração social, saúde e atividades culturais. Nelas se involucra aos habitantes no momento de definir as prioridades, assim como na busca de soluções. Estas apuntam a evitar as causas da delinquência, tais como a existência de jovens sem ocupação, a desintegração social por imigrantes não integrados na vida social da cidade, a má imagem do bairro, as instalações públicas deficitárias, a falta de serviços, as casas deterioradas, entre outras.

As iniciativas podem clasificar-se em:

- a) A que buscam estabelecer laços entre os diferentes grupos da população, autoridades municipais e polícias;
- b) Alternativas para o tempo livre dos jovens e a provisão de uma sede com a infraestrutura necessária para que possam reunir-se sem molestar aos vizinhos,
- c) As que intentam aumentar o contról social formal.

⁶⁰ Paz Ciudadã. Conceitos para a prevenção e contenção do delito. N°9, Fevereiro de 1998.

2.2 Um exemplo de ação orientada a um público destinatário: O dispositivo SAMPA⁶¹ do Contrato de município de Molenbeek

O SAMPA é um projeto especializado na acolhida, a integração e a inserção sócio-profissional dos “recem chegados” que persiguem a inclusão global no âmbito do município e de uma maneira mais geral na sociedade belga, destes públicos que em sua maior parte não tiveram contato com os serviços clássicos de alfabetização. Este serviço se integra com trabalhadores sociais, docentes, psicólogos e um coordenador e suas missões são principalmente: o acompanhamento social, as informações jurídicas, o apoio psicológico, o acompanhamento na inserção sócio-profissional e o aprendizagem da língua francesa e o apoio escolar⁶².

A adaptação do dispositivo à evolução das necessidades das populações recém chegadas é permitida sobretudo graças à participação do SAMPA nos Grupos de Planificação Social (GPS) que reúnem cada mês, por iniciativa de um município de Molenbeek, a todos os atores sociais de um mesmo bairro para que reflexionem sobre as problemáticas comuns e intercâmbem suas experiências.

As vantagens claves do dispositivo são certamente a proximidade (competência territorial e acessibilidade), a polivalência (consideração global das problemáticas relativas aos estrangeiros), e o enfoque pluridisciplinário. A luta contra a exclusão social orientada a uma população destinatária é aqui claramente global. o número de pessoas tratadas em menos de um ano, perto de 600 indivíduos, confirma uma vez mais a pertinência de esta iniciativa do município de Molenbeek que paradoxalmente não sofre sinão por seu êxito já que aproximadamente o terço dos usuários residem em outros municípios, talvez não tão bem dotados a nível de sua política.

2.3 Um exemplo de dispositivo contractual a escala de um bairro: A Cité du Coq em Mons

Através do ítem Renascimento Urbano de seu Contrato de seguridade e e de Sociedade, a cidade Mons decidiu intervir em vários bairros chamados sensíveis entre os quais se encontra o de La Cité du Coq. Esta zona está caracterizada por um conjunto diversificado de vivendas e uma taxa elevada de população não ativa. Um bairro de 3.000 habitantes transformado em cidade-dormitório, cuja população evoluciona ante uma situação de exclusão social e de isolamento: um 57% de ingressos substitutivos, um 7,7% de empregos, um 35,5% de escolarizados. Com uma situação de exclusão espacial; transportes coletivos insuficientes, poucos habitantes que dispõem de um meio de transporte individual.

Em 1994, se contratou um equipe de 6 trabalhadores sociais graças ao fornecimento do Contrato de Prevenção (transformado logo em Contrato de seguridade e). entre os agentes do projeto se contam sobretudo: a Administração do bairro, o proprietário das vivendas sociais da comunidade (a SO.RE.LO.BO), a Biblioteca Municipal, a creche, a Radio-Contato, o Centro Cultural. Tomaram em sério oito grandes eixos de trabalho: o setor social, familiar, escolar,

⁶¹ Servicio de ayuda a Os habitantes de Molenbeek recién llegados.

⁶² El paliativo escolar consiste na implementación de cursos de recuperación o de cursos de educación em espera de escolarización.

econômico, cultural, o meio ambiente, a saúde física e a saúde mental. Os grupos de habitantes do bairro tiveram uma parte importante na concepção e na realização do projeto. Segundo o equipo organizador, este dispositivo cooperativo adaptado à escola de este bairro permitiu sobretudo: uma presença activa in situ dos trabalhadores emcarregados; uma estruturação dos comitês dos bairros; uma diminuição da deliquência; a baixa da taxa de rotação dos locatários e uma melhoria do marco de vida dos habitantes. Pode considerar-se aquí, que o objetivo fixado, a luta contra a exclusão social em todas suas formas, foi em parte alcançado por este dispositivo integrado.

3. EXPERIÊNCIA ITALIANA:

3.1 Modena

Em março de 2000, a cidade de Modena tem assinado um contrato sobre seguridade e ciudadã, onde o Ministério do Interior traspassou-lhe a prerrogativa de implementar medidas para seu combate. A idéia é de traspassar a responsabilidade e implementação a nível local, por considerar que é a cidade quem melhor conhece seus problemas e sabe como enfrentár-los.

Os objetivos do contrato são definidos pela cidade Modena, para que estem de acordo com as políticas regionais de seguridade e.

As ações principais são:

- a) **Controle do território:** Através de um acordo entre la policía, anível de país, produziu-se um aumento no número de pessoal na policía local que trabalha no serviço social. Sendo o objetivo final do contrato, o desenvolvimento de formas de Contrôle através da participação dos ciudadães na resolução de inquietudes;
- b) **Drogadição:** Uma maior preocupação (por parte da policía municipal e serviços sociais), na coordenação de políticas de combate e redução deste flagelo. Medidas que tranquilizam a opinião pública.
- c) **A imigração:** Integração dos imigrantes. Adoptaram medidas como a provisão de alojamento, incorporação no sistema escolar, capacitação em trâmites. Existem também um programa de educação nas atas contra o racismo e a discriminação;
- d) **Apoio as vítimas:** Serviços a vítimas, como é a informação dos seus direitos, ajuda material e psicológica, e
- e) **Prostituição:** Existe um grupo que trabalha com as vítimas da prostituição; a realização de investigações sobre o tráfico de mulheres para fins de prostituição; e casa de acolhida, onde proporciona apoio e informação.

Como resultado há produzido uma redução da problemática da prostituição e drogadição, ademais, a opinião pública há sensibilizado no tema da seguridade e cidadã, como tarefa de todos.

3.2 Jovens, escola e minorias, Bologne

Existe um bairro de grande concentração de população, em sua grande maioria são imigrantes do norte de África, onde a maior parte dos meninos (entre os 13 e 16 años), não abandonado o sistema escolar.

Implementação de três ações:

- a) Atividades escolares (cursos de idioma e cultura) e atividades extraescolares, as que permitem aos estudantes, melhorar seus conhecimentos da cultura e de canalizar suas energias;
- b) Apoio escolar, com o fim de frenar o fracasso escolar, com ajuda toda a comunidade educativa, e
- c) Animar e favorecer os intercâmbios culturais entre grupos étnicos: a organização de jogos e criação de um lugar de encontro de meninos de culturas diversas.

Para sua implementação se produce uma coordenação entre os departamentos da municipalidade de Bologne, especialmente o da família e de imigração. A sua vez, estos se coordinam com o departamento de educação, saúde, centro de documentação de "laboratório de Educação Intercultural", o bairro de San Donato e suas associações.

Algumas das dificuldades que presentaram, são especialmente as relacionadas com a vinculação entre as famílias de imigrantes e as instituições escolares, há de explicar esto devido as difíceis condições socioeconômicas em que ellos vivem; a falta de participação de alguns dos professores; o dificultoso que significa dá respostas suficientes aos problemas e necessidades sempre cambiantes dos estudantes, e a falta de diagnóstico e avaliação, antes do projeto.

A pesar dos problemas, houve uma diminuição dos estudantes que abandonaram a escola. Extendendo-se este projeto a outros bairros e minorias.

4. EXPERIÊNCIA PORTUGUESA:

4.1 Lisboa

Com a cooperação da polícia e da justiça, pretende assim ordenar, racionalizar e disciplinar aos automobilistas (especialmente, o que se entende ao estacionamento e tráfico). A idéia é situar um agente que vigile as zonas de maior infração, com o fim de regular a ação que aí se gera. Estos agentes não tem poder para estipular uma sanção, tomando contato com a polícia,

si a ocasião o requiere, e sua intervenção se realizará desde atrás de um vidro protetor, e somente intervem durante o dia.

A implementação começou com recrutamento, feito mediante um chamado a concurso e, posteriormente uma entrevista, sendo a municipalidade a que decide em último momento (prévia consulta a polícia). O agente é contratado a tempo completo, e com requisito de que não seja maior de 23 anos (lo cual se podría redefinir).

Logo de sua implementação produziu um crescimento na segurança e urbana; um descenso da presença de pessoas pedindo dinheiro na rua por cuidado dos carros; impediu roubo de carros, e efetivamente, houve geração de novos lugares de trabalho.

5. EXPERIÊNCIA FRANCESA

5.1 Ilustração da «lógica cooperativa»: A Rede médico-social de Rennes

A rede médico-social de Rennes noroeste foi instituída em março de 1999. Originou-se na constatação que um grande número de pessoas não tinham acesso a atenção médica. Em um princípio, sua criação foi facilitada pela existência de vários anos de um centro de bairros que agrupavam várias administrações e uma associação informal entre médicos de atenção geral. Esta rede reúne a muitos agentes institucionais locais e regionais como também a profissionais da saúde e a suas organizações representativas.

Os trabalhadores sociais e os médicos liberais da rede foram preparados com o apoio dos distintos agentes, o que permitiu criar uma cultura e uma confiança comum entre eles. Durante dois anos de funcionamento, 92 pessoas assinaram um Contrato de adesão. Estimam três consultas (que agrupam a um médico, a um trabalhador social e a pessoa envolvida) por cada aderente.

Ademais do impacto públicos destinatários, o destravamento entre o setor médico e o setor social, esta ação permitiu mobilizar recursos financeiros entre agentes da Rede, o que fez perdurar a ação. A inovação introduzida por esta iniciativa se inscreve no marco das ações do Comité Consultivo da cidade Rennes (en o marco del programa «Ciudad Salud» de la Organización Mundial da Saúde) que afirma a coordenação de todas as ações implementadas no lugar, orientadas as pessoas mais necessitadas. Desde o ponto de vista da organização, o objetivo é também lograr que o dispositivo cooperativo não seja demasiado complicado para uma população que necessita um sistema flexível e com capacidade de reação, sempre adaptado a suas necessidades.

6. EXPERIÊNCIA INGLESA

6.1 Um exemplo de enfoque multisetorial: A cooperação Saúde implementada em Stoke on Trent

A cidade Stoke on Trent (250.000 habitantes) é um território que há sofrido particularmente a declinação da atividade mineira e alguns dos seus bairros acumulam desvantagens. Uma auditoria de saúde realizada em 1989 evidenciou as precárias condições de saúde de setores da cidade nos que as populações padecem múltiplos fatores que favorecem a exclusão social.

Em 1994, se havia formado uma cooperação restringida para lutar contra esta situação porém se mantinha bastante centrada nos sintomas das precárias condições de saúde (o câncer por exemplo). em 1996, uma avaliação evidenciou a necessidade de volver a orientar o dispositivo: volvéndo-o mais estratégico, aumentando o número de agentes, pondo a disposição um coordenador e dispositivo de tempo completo, mobilizando o nível político da cidade e basando o dispositivo nos determinantes da saúde (e não já nos efeitos das más condições de saúde).

Partindo destas conclusões, implementou uma nova cooperação em 1997 (no marco metodológico da rede das Cidades-Saúde da Organização Mundial da Saúde).

Em adiante as ações do dispositivo cooperativo constituído de tal sorte articulam em volta das temáticas como as seguintes: a saúde, as condições de vida dos habitantes, o desenvolvimento econômico, a educação, a luta contra a pobreza, o medio ambiente, a luta contra a criminalidade objetiva e subjetiva, a política de vivienda, de transporte; desta maneira cada ação desenvolvida em um destes 8 eixos prioritários implica a um grande número de agentes que tradicionalmente não intervinham em todos estos campos.

6.2 As autoridades locais no centro do dispositivo cooperativo, o exemplo do Comm unity and Safety Partnership de Brent

O *Comm unity and Safety Partnership* da cidade de Brent está basado em três princípios claves para atender a luta contra a exclusão social e contra as inseguridades que podem resumir na lógica das “3 C” que enfatiza o compromisso e o papel das autoridades locais:

- *C como “Co umcillor”:*
O Líder do Conselho da cidade é um partidário ativo e há feito da luta contra a inseguridade uma das 5 prioridades do Conselho. Isto quer dizer que as decisões e as soluções propostas por a cooperação podem construir-se no seio mesmo do sistema político e que estas decisões podem ser tomadas sobre a base de asignações financeiras. O Conselho que se ocupa das questões de seguridade e é bastante ativo e conduce o trabalho com os outros conselhos e outras organizações.
- *C como Corporate:*
Uma autoridade local não estará capacitada para fomentar a prevenção da criminalidade e a luta contra a exclusão social a menos que planifique um enfoque comum. A prevenção da criminalidade não deve ser considerada como um setor de trabalho que deveria ser assumido principalmente por um especialista ou por um dos membros de um equipo. Deve ser vista como o núcleo de responsabilidade dos

distintos departamentos do conselho. Por exemplo, deve ser pensada na planificação, na educação, no meio ambiente, os esportes e de lazer.

- *C como “Coaliciones”:*
Conforme ao “*Crime and Disorder Act*” (1998), as autoridades *supralocais* afirmam de que as autoridades locais tomem a iniciativa de desenvolver cooperações de prevenção da criminalidade que reúnam organismos tais como: a polícia, os serviços de aprovação, as autoridades sanitárias e o setor empresarial.

6.3 Um exemplo de iniciativa de um público destinatário integrado em um dispositivo cooperativo:

«Scotswood Drug Support Group for the Families of Drug Misusers», Newcastle

Em março de 1997 constituiu-se em Newcastle (30.000 habitantes), Inglaterra, o «*Scotswood Drug Support Group*» integrado por mulheres que, todas elas, têm no seio de suas famílias a alguém que há sido drogodependente.

Cada membro de grupo apoia e ajuda aos outros. A vezes há pessoas que intervêm e participam das reuniões semanais sobre temáticas centrais relativas à saúde (como o H.I.V.). Este grupo tem trabalhado em estreita relação com a Cooperação Saúde a cidade Newcastle (que agrupa a representantes da cidade, das universidades, a polícia, representantes do meio das associações) e os recursos financeiros desta cooperação permitiu ao projeto «Drug Support» desenvolver suas atividades e oferecer serviços que antes eram inexistentes no bairro de Scotswood. Estos fondos permitem também financiar o salário de um empregado de dedicação exclusiva que trabalha com os habitantes do bairro para implementar um plano de ação consenrente e desenvolver atividades como: a organização de grupos de informação, de uma jornada de informação sobre as drogas, ou de uma conferência que abarque iniciativas similares na cidade.

4.2.4 A MODO DE CONCLUSIÓN

Em Europa são múltiplas as ações que se hão executado em relação com a seguridade cidadã. Ao largo de todo o continente, las medidas vão adaptando de acôrdos a sua respectiva realidade (imigração, drogas, recuperação de espaços públicos, etc.). Porém um dos elementos que destaca por sobre todas as iniciativas, é haver socializado e democratizado o tema da seguridade cidadã, onde a participação, passa a ser um dos pilais fundamentais, na concreção destas idéias. É a incorporação da triada polícia, justiça e prisão, em forma coordenada com a comunidade organizada na cidade, como forma de efrontar o tema da seguridade cidadã.

É a recuperação dos espaços públicos e a conseguinte reabilitação urbanística e social, as que se tem transformado em excelentes medidas para enfrentar a crescente taxa de delitos. Outras iniciativas relacionadas com esta problemática são, por exemplo, o alojamento, o trabalho, a integração social, a saúde e as atividades culturais.

A integração, acolhida e a inserção social dos recém-chegados, passa a ser uma problemática em Europa e tem enfrentado através da intervenção nos bairros sensíveis. É a luta contra a exclusão social, mas não desde o ponto de vista punitivo, sim, a adoção de medidas no setor social, familiar, escolar, econômico, cultural, meio ambiente, saúde física e mental.

5. AMÉRICA LATINA, DEPOIS DA BUSBAR ESTRATÉGIAS PARA AUMENTAR A SEGURIDADE E DE SUA POPULAÇÃO

América Latina constitui uma das regiões mais urbanizadas do mundo, em termos demográficos, se calcula que três de cada habitante vivem hoje em cidades e se espera que esta proporção siga aumentando nas próximas décadas (gestão urbana para o desenvolvimento sustentável das grandes cidades latinoamericanas). Portanto, é de fato evidente que no interior das cidades latinoamericanas concentram os problemas sociais mais graves de nossa população; que são a concentração da pobreza nas cidades, desigualdades na distribuição de ingresso econômico, a falta de oportunidades de emprego produtivo e o precário acesso a serviços sociais e infraestrutura básica.

Esta realidade social gera a partir de permanentes contrastes e oposições entre os cidadãos latinoamericanos, já que frente ao fenômeno da expansão do consumo, geram contrastes que podem transformar-se em uma ameaça mais séria para a convivência pacífica em nossas cidades. Configurando-se uma grande brecha entre as aspirações e os meios sociais e culturalmente aceitados para fazer realidade essas aspirações.

Dimensionar acabadamente o problema da seguridade cidadã em América Latina resulta problemático, já que “A maioria dos países da região carece de uma instituição nacional que recopile, sistematice e consolide este tipo de estatísticas, o que dificulta a tarefa de dimensionar o problema e construir séries que revelem a evolução da violência e a seguridade cidadã” (revista CEPAL 70)

5.1 Políticas para gerar maior seguridade e cidadã

5.1.1 Enfoques convencionais

Muitos dos esforços despendidos na região para enfrentar a delinquência e a violência tem contemplado o problema desde uma perspectiva convencional baseada no modelo polícia-justiça-prisão, que insiste na adoção de políticas de controle e repressão da criminalidade e da violência delitual. Os resultados deste modelo, de alto conteúdo repressivo e escasso conteúdo preventivo, não têm sido satisfatórios. Não há logrado diminuir a criminalidade, nem a crescente sensação de insegurança da população nas principais cidades. As principais críticas a este enfoque apontam que não assume a violência como um fenômeno social onde confluem vários fatores e que somente atua reprimindo a indivíduos violentos sem influir no seu entorno familiar e social.

5.1.2 Enfoques mais integrales

Os deficientes resultados obtidos tem proposto a re-examinar o enfoque convencional sobre a violência e a delinquência. Há provas de que este fenômeno é de caráter fundamentalmente aprendido,

através do abuso físico o a exposição a ele durante a infância ou pela influência dos meios de comunicação e de valores culturais que aceitam ou promovem a resolução violenta de conflito. Agora bem, si a violência é o resultado de respostas aprendidas, mais que de tendências inatas, então as condutas violentas podem ser modificadas, o que tem grande importância para a elaboração de políticas.

Também há cobrado relevância a interpretação da violência como fenômeno multidimensional que deve ser enfrentado por estratégias integrais para incidir nos fatores individuais, familiares, sociais e culturais que o fundam.

5.1.3 Critérios Transversales

Do conjunto das ações em matéria de seguridade cidadã, há um reconhecimento crescente da necessidade de concretizar programas de doble orientação, que combinem medidas de contról e prevenção. Umo destes critérios é o da coordenação interinstitucional, que se dirige à necessária simultaneidade das medidas para reduzir os delitos e aumentar sua sanção, que se adoptam a distintos níveis: Comunidade, governos locais, organismos privados e governamentais, organismos policiais, judiciais e penitenciários, organismos educacionais e laborais entre outros.

Outro critério transversal é o da participação cidadã, que consiste na criação de redes, de relações e a organização da própria comunidade (capital social) para melhorar prevenção e a denúncia de delitos, inclusive lograr algum grau de contról sobre estos últimos. Precisa fomentar a relação entre a comunidade e os corpos policiais. É preciso fomentar a relação entre a comunidade e os pôstos policiais, pode ser essencial para a percepção da seguridade e para a legitimação do sistema político e judicial no combate da criminalidade.

5.2 Geração de redes para o fortalecimento da seguridade e cidadã

- **O Fôro Latinoamericano para a seguridade e Urbana e a Democrácia (Flasud):** Com apoio do Fôro Europeo para a seguridade e Urbana, se funda no ano 2001, na cidade de México, o Fôro Latinoamericano para a seguridade Urbana e a Democrácia. Em seu nascimento, o Fôro Latinoamericano se une a “Manifesto das Cidades” assinado por 250 cidades europeas, africanas e americanas, reunidas em Nápoles, em dezembro do 2000. No Manifesto, cita ao desenvolvimento das cidades cálidas, ativas, seguras, propícias à harmonia e o desenvolvimento⁶³.
- **Plano Geral de Cooperação e coordenação Recíproca para la seguridade**⁶⁴: Iniciativas no marco de Mercado Comum do Sul (MERCOSUR), entre Bolívia e Chile. o Mercado Comum do Sul é um grande projeto de integração política, que há operacionalizado paulatinamente, apartir de uma instrumentalização econômica, embora tenha uma tendência a integração global, é dizer

⁶³ Durante setembro do ano 2002, na cidade de Pachuca, Hidalgo, México, reuniu-se por primeira vez ao grupo de ciudades e instituições associadas —de México, Colombia, Brasil, Argentina e Chile—, redor de uma reunião denominada: “Escenário global, governo local e seguridade e dos cidadãos”. Dentro dos primeiros acordos adoptados por Flasud é possível destacar áquelos relacionados a geração de conhecimento, sistematização e publicação de informação, ao relevamento e a promoção de boas práticas da região, assim como ao desenvolvimento e o apoio de propostas de políticas em matéria de seguridade e cidadã, nas cidades membros.

⁶⁴ Tudela Patricio (2001) Integración regional e seguridade e: desde as estratégias de defesa ao crimem organizado e a seguridade e cidadã. Intervención no Panel II “Hipóteses de Confliito –Seguridad e Defensa” do Seminário “Novos Escenários dos Processos de Integración: Desafios e Realidades.”, organizado pela Associação Chilena de Ciência Política e Fundação Konrad Adenauer.

social e culturalmente⁶⁵. Entre suas metas como plano geral encontram-se: Estabelecer um âmbito de atuação conjunta entre os Estados Partes e Associados; propor, no marco da seguridade, ao desenvolvimento de procedimentos e sistemas integrais de controle e prevenção para contrarrestar o acionar criminal; comprometer a participação de organismos competentes nos seguintes âmbitos de atuação: Delitual, Capacitação, Migratório, Ambiental e de controle Radioativo.

- **Acôrd e Declaração dos Ministros do Interior⁶⁶:** o acôrd e a declaração dos Ministros de Interior concede a necessidade de institucionalizar mecanismos de cooperação para garantir maior seguridade e qualidade de vida às pessoas frente aos riscos da criminalidade, a violência e insegurança, derivada do crime organizado transnacional e outros fenômenos emergentes. Entre os pontos mais relevantes é o reconhecer a necessidade de estimular a tomada de consciência e participação da sociedade e comunidade organizada no processo de prevenção do delito e fomento da seguridade cidadã e pública.

Acôrd e instrumentos de seguridade e em Centroamérica⁶⁷

Em Centroamérica, ao igual que em América do Sul, a maior parte dos instrumentos regionais no âmbito da seguridade e FFAA (Forças Armadas), se instituem nos noventa, produto dos processos de democratização do continente.

Inicialmente, a seguridade e em Centroamérica esteve centrada em temas como o Controle de armas, em termos da ajuda das forças militares irregulares —guerrilhas— e os acôrd para não permitir o uso dos territórios nacionais a corpos armados que agredem a países vizinhos.

Atualmente, existe um avanço em matérias de seguridade e cidadã e polícia, especificamente em termos doutrinários que redefinem o marco conceitual e institucional. Em temas relacionados às FFAA nos aspectos técnicos e operacionais, associados à seguridade cidadã, o grau de desenvolvimento é menor.

⁶⁵ A potencial instabilidade regional gerada por fenômenos como o narcotráfico, o crime organizado vinculado ao tráfico ilícito de bens e pessoas, os conflitos internos que se militarizam e internacionalizam, os conflitos fronteiriços, a intervenção de terceiros nos assuntos regionais ou a projeção militar de um conflito global na região, entre outros, são matérias ou aspectos que os países da região estão incorporando e suas reflexões.

⁶⁶ Realizada em Assunção, junho 8 de 2001. Nesta reunião se considerou que um elemento relevante na região é a transformação do conceito de seguridade e, desde a Defesa, até a seguridade e Interior do Estado —no marco da identificação de ameaças à seguridade e Pública—, até a seguridade e Cidadã que vinculada às pessoas, seus direitos e garantias no marco do Moderno Estado de Direito.

⁶⁷ Os conteúdos desta seção são obtidos de Chinchilla Laura (2002) Estabilidade social e seguridade e cidadã em Centroamérica, em: Carrión Fernando, edit. seguridade e cidadã ¿Espejismo e realidad?, FLACSO Ecuador – OPS / OMS, Quito.

5.3 EXEMPLOS DE PROJETOS LOCAIS EM AMÉRICA SOBRE DISPOSITIVOS COOPERATIVOS OU CONTRACTUAIS DE LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL E A INSEGURIDADE

1. EXPERIÊNCIA COLOMBIANA⁶⁸:

1.1 O programa *desepaz*. Um esforço integral para combater la violência em Cali

O programa de Desenvolvimento, seguridade e Paz (*DESEPAZ*) foi instituído pelo Prefeito de Cali a começos dos años noventa. Os Conselhos que o elaboraram provinham de distintos partidos políticos e ideologias do país, e foi aprovado pelo o conselho de Governo Municipal e recebeu ampla difusão nos meios de comunicação. Para que podesse ter êxito celebrou o Pacto Social pela Convivência do Programa, entre oficiais do exército e jovens dirigentes de pandilhas. Neste Pacto as autoridades se comprometeram a suministrar empréstamos e capacitação técnica para os jovens, assim como oportunidades de trabalho e assistência legal; e para os adolescentes, ao abandonar a luta armada, cessar suas atividades ilegais e fazer do diálogo uma estratégia clave para resolver os conflictos.

Enfrentando o problema da seguridade cidadã desde 3 frentes:

- a) Aplicação da lei;
- b) Educação para a paz, e
- c) Construção de instituições comunitárias que fomentem a convivência.

Os princípios orientadores estabeleceram:

- a) A multicausalidade do fenômeno;
- b) A necessidade da investigação permanente;
- c) A importância das políticas de prevenção sobre o trabalho nos efeitos;
- d) A relevância da participação cidadã;
- e) O desenvolvimento de um clima de tolerância, e
- f) A promoção da equidade social.

As áreas estratégicas consideradas são:

- a) Investigação e estudo sistemático da violência, a epidemiologia da violência;

⁶⁸ Rodrigo Guerrero. "O programa DESEPAZ. Um esforço integral para combater a violência em Cali, Colombia". em: Instituto de Criminologia da polícia de Investigações de Chile. Cadernos de criminologia N°8, Santiago, 1998. Pág. 71.

- b) Fortalecimento institucional de ordem cidadão, os conselhos Municipais de seguridade e, o melhramento da polícia, e o sistema judicial;
- c) Educação cidadã e comunicação para a paz, e
- d) Equidad e desenvolvimento social.

Realizaram ações de ensino cidadão, baixo o nome de “Meninos Amigos da Paz”. Por exemplo foi propôsto aos meninos deixarem suas armas de brinquedos frente do município, entregando-lhes desta maneira um reconhecimento público e permitá-lhes o acesso a diversos espectáculos públicos.

Por último, também não realizado campanhas pelos meios de cominuação para educar o povo sobre a tolerância e convivência cidadã.

DESEPAZ também há apoiado estrategicamente a restrição imposta pelos municípios por venda de álcool depois de certas horas da noite (por exemplo, a conhecida “hora sanoura” em Santa Fé de Bogotá)⁶⁹.

1.2 seguridade e integral, Santa Fé de Bogotá

Educação e participação cidadã, capacitação cidadã em matéria de resolução pacífica de conflitos, capacitação a polícias, trabalho social com pandilhas e bandos; formação cidadã em trânsito; campanhas contra a violência intrafamiliar; contrôle de consumo de álcool, proibição do porte de armas. Frentes Locais de seguridade e está presente no contrôle policial e fortes sanções econômicas, de retenção e de incautação de bens. Tendo tôdas as políticas preventivas, dissuassivos e repressivos.

Uma das medidas realizadas pela Prefeitura Maior, são as chamadas “Jornadas de Vacinação contra a Violência”, onde emarcam as denominadas políticas saudáveis para enfrentar o tema da inseguridade cidadã. As que constituem campanhas orientadas a difundir modelos de conduta bastantes construtivos nas relações homem-mulher e pai-filho, e formas pacíficas de resolução de conflitos no interior dos lares.

1.3 CAMPANHAS DE BEM ESTAR URBANO, MEDELLÍN

Campanhas de desarme e campanhas para incrementar o uso de alarmas comunitárias; campanhas para prevenir o consumo de substâncias proibidas; programa para a geração de espaços de convivência; sistema comunal de vigilância com apoio satelital. Realizam contínuos operativos para o Contrôle de armas e do funcinamento de estabelecmentos públicos em sítios de maior conflito.

⁶⁹ É importante ter presente que medidas deste tipo devem obedecer a situações particulares de cada país, sem que elas tenha a suposição a uma limitação ao exercício das liberdades cidadãs.

Também a Prefeitura há pôsto em prática programas para ajudar a meninos e jovens de comunidades pobres em conflito, através da educação, recreação e da resocialização dos jovens, a participação comunitária e a influência dos meios de comunicação na prevenção da violência e o melhoramento das relações polícia-comunidade. Medidas que não ajudado há reduzir a violência urbana.

2. **EXPERIÊNCIA ARGENTINA**⁷⁰:

3.

2.1 Plano alerta de Buenos Aires

Trata da resposta de um setor da cidade(o bairro Saavedra), para a prevenção da delinquência. os vecinos observam signos que sugerem atividades delitivas, diante os quais procedem com uma alerta dos vizinhos do setor e logo a polícia.

O *Plan Alerta* de prevenção da comunidade:

- a) Difunde conselhos úteis para a comunidade;
- b) Define não intervir fisicamente, nem usar armas;
- c) Entrega aos vizinhos o rol de observadores, alerta e oportuna prontitude da polícia;
- d) Deixa aos vizinhos a responsabilidade de participar ativamente na solução de problemas de infraestrutura urbana que dificultem o desenvolvimento de um plano, é dizer iluminação, poda de árvores frondosas, retiro de veículos abandonados, e
- e) Fortalece o reclamo associado e participativo dos vizinhos, em benefício da comunidade.

O *Plano Alerta* funciona coordenadamente com a polícia local, a que comprometeu-se a atuar com honestidade, rapidez e responsabilidade; a desenvolver táticas e condutas preventivas; e a proceder com eficácia na persecução e pôr a disposição dos delinquentes a justiça.

2.2 Programa de prevenção do delito e la violência, Buenos Aires

Programa de Prevenção do Delito e a Violência que contempla a formação de conselhos dos bairros preventivos (9 até o momento), e a realização de encontros educativos sobre prevenção e o melhoramento da relação entre a polícia e a comunidade. Os conselhos dos bairros de prevenção, os quais diagnosticam e contrôl am as necessidades de seguridad e de suas vizinhanças . Este programa compõe de medidas multidisciplinares e envolve aspectos educacionais, de saúde, marginalidade, polícia, justiça., urbanismo, desocupação.

3. **EXPERIÊNCIA PERUANA:**

⁷⁰ Paz Ciudadana. Conceitos para a prevención e contención do delito. N°23, Abril de 1999.

Programa de recuperação de menores em abandono, Lima

Programa de Recuperação de Menores em Abandono (Jardinerinho); serviço de serenazgo; coordenação com autoridades policiais e do Ministério Público. entre as medidas está a toma de mostras de sangue a meretrices e homossexuais para descartar enfermidades venéreas; e a condução de menores ao Complexo Municipal de Assistência Infantil-COMAIN. Realizam batidas com apoio da polícia nacional, Ministério Público e autoridades políticas e da saúde.

4. EXPERIÊNCIA MEXICANA:

Programa de seguridade e cidadã, Distrito Federal

Programa de seguridade e cidadã que aumenta a presença da polícia em zonas específicas da cidade, com apoio de comitês de cidadões que vigiam o acionar da polícia. Ademais de programas específicos para combater assaltos a transportistas, bancos, e roubo de veículos, formaram centros de justiça. que coordenam desde a vigilância policial até a reclusão; programas de eficiência e limpeza na Procuradoria; substituição de pessoal.

5. EXPERIÊNCIA BRASILEIRA, RIO DE JANEIRO, BRASIL

5.1 Programa favela-bairro, Rio de Janeiro

Aumento da efetividade e alcance da ação da Guarda Municipal; Programa Favela-Bairro, que propõe urbanizar as favelas como uma maneira de integrar-las à cidade. contrôlee urbano: proibição de venda de mercadorias ilegais.

5.2 Programa de educação e resistência à drogas nas escolas-PROERD, São Paulo

Vigilância policial nas escolas; Programa de polícia Comunitária; Programa de Educação e Resistência as Drogas nas Escolas-PROERD; criação de conselhos comunitários de seguridade e-CONSEGs. (820 até o momento). Produzindo um aumento de efetivos da Guarda Civil Metropolitana para a vigilância das escolas; aumento das atividades da “Corregedoria” da polícia para inibir a corrupção policial; implantação de Lei de contrôlee de Armas; implantação de Auditoria Judicial “Esquecimento” de polícia. Também o retiro de vendedoures ambulantes nas áreas centrais da cidade(há diminuido em um 60% a criminalidade na zona central).

6. EXPERIÊNCIA BOLIVIANA

6.1 Santa Cruz

Defesa das áreas verdes e de uso público (parques, pátios de recreação); subscrição de um convênio interinstitucional com a Prefeitura Departamental. Estabelece uma política de eliminação pública (escolas); operando em forma coordenada com as juntas das vizinhanças, centros de mães, organizações juvenis e cívicas. Também intenta melhorar a qualidade da educação e a saúde como também seu acesso.

6.2 Concientização da comunidade sobre o risco de contraer enfermidades infectocontagiosas, La Paz

Concientização da comunidade sobre o risco de contraer enfermidades infectocontagiosas; organização de cursos de capacitação; reglamentação mediante ordenanças municipais para evitar e controlar os efeitos negativos da venda de produtos não certificados. Coordina a supressão e decomiso por Aduana Nacional, Prefeituras e Governações das espécies introduzidas ilegalmente e que afetam à saúde. E estabeleceu um carnê sanitário que obriga a registrar os comércios de venda de medicamentos e roupa usada.

6.3 A MODO DE CONCLUSÃO

a participação da comunidade na solução de suas problemáticas é fundamental, é por isso que o melhor diagnóstico e fixação de medidas tendentes a sua solução, é onde encontramos, a maior concentração de população, a cidade. Estas medidas devem estar impregnada de tolerância, equidade, educação, aplicação da lei, em definitiva “políticas saúdeveis para enfrentar a seguridade cidadã. Demaseados são os âmbitos nos quais a comunidade pode intervir como temos visto através dos exemplos apresentados: educação, saúde, marginalidade, polícia, justiça., urbanismo, desocupação. Estas medidas podem ser preventivas, dissuasivas ou represivas, segundo de onde venham, o para quem vão dirigidas, o importante é chegar a estabelecer e fazer um seguimento das políticas implantadas.

É importante melhorar a relação entre a comunidade e a polícia, que se conheçam, que conheçam a complementariedade de suas ações. O apoio destes entes é necessário, não se concibem estratégias independentes, excluentes dos atores principais nesse complexo problema.

A assistência legal das vítimas e os vitimários é fundamental, as vítimas seguem revivendo sem cessar o delito do qual foram objeto, e os vitimários, ao não possuírem a ajuda necessária, não podem sair do círculo da delinquência, por falta de oportunidades o fácil que significa viver dessa forma. É assim como dos flagelos da juventude nas cidades são as pandilhas, o descontrole e o desordem que forma o que pode ser explicado pela falta de espaços para que a juventude desenvolva suas atividades. É em definitiva, aprender a resolver conflitos em forma pacífica.

6.- LÍNEAS ESTRATÉGICAS DE DEBATE

- 1) **“Seguridade cidadã, Políticas Públicas e Configuração Urbana”.** Temas relacionados ao território urbano;
- 2) **“Seguridade cidadã no âmbito Privado”.** Temas associados aos agentes de socialização e instituições;
- 3) **“Instrumentos e âmbitos de actuação em seguridade cidadã”.** Temas relativos aos instrumentos de gestão e âmbitos da atuação dos governos locais no campo da seguridade cidadã;
- 4) **“Seguridade cidadã e Sociedade Civil”.** Temas vinculados aos atores da comunidade.

ATELIÊR Nº 1 : seguridade cidadã, Políticas Públicas e configuração urbana

Este ateliêr há sido organizado dentro das temáticas próprias da gestão urbana e sua vinculação com a seguridade cidadã. Isto é, a seguridade e cidadã em, por exemplo: na planificação urbana; nos espaços políticos; nas urbanizações, nas instituições públicas (escolas, hospitais, etc), nos setores pobres da cidade e nos bairros vulneráveis.

ATELIÊR Nº 2 : seguridade cidadã no âmbito privado

Neste taller se pretendem discutir propôstas de projetos comuns que comentam distintas problemáticas da seguridade e cidadã no âmbito privado (na família, na socialização secundária, nos meios de comunicação, nas relações laborais, no lazer e na resolução de conflitos) mas desde a óptica das políticas dos governos locais para previr-las o enfrentar-las.

ATELIÊR Nº 3 : Instrumentos e âmbitos de atuação em seguridade cidadã

Este ateliêr orienta para a geração de propôstas de projetos relativos aos instrumentos de gestão e âmbitos de atuação dos governos locais no campo da seguridade cidadã: Prevenção, Reabilitação, Inserção Social, Complementação interinstitucional e interjurisdicional, entre outras.

ATELIÊR Nº 4 ; seguridade cidadã e Sociedade Civil

Este ateliêr está orientado a trabalhar em temas vinculados com a participação da sociedade civil nas políticas de seguridade cidadã das cidades: Participação cidadã em programas de seguridade , responsabilidade cidadã no campo da seguridade , programas e projetos públicos – privados, a sociedade civil como fiscalizadora das políticas públicas de seguridade e, polícia e comunidade, correntes sociais, etc.

ATELIÊR 6.1 Nº 1: “SEGURIDADE CIDADÃ, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFIGURAÇÃO URBANA”

O primeiro grupo de interesse centra sua atenção sobre oito subtemas relacionados com a seguridade cidadã na cidade.

Crecimento urbano

- a) Demográfico —meninos, jovens, mulheres, pobres.
- b) Extensão mancha urbana —crecimento na periferia.
- c) Densificação —crecimento ao interior da cidade.

Segregação urbana

- a) Física —acidentes geográficos.
- b) Social e econômica —ingressos, étnias, dotação de bens e serviços, etc..
- c) Funcional —localização atividades econômicas industriais, financeiras, etc..

Arquitetura e desenho urbano

- a) Desenho de edificações —vivenda social, vivenda, bancos, oficinas, etc..
- b) Desenho de espaços coletivos —comunidades.
- c) Artigos urbanos —postes de luz, bancas, jogos infantis, etc..

Espaços públicos

- a) Sítios abandonados, vadio, micro lixeiros
- b) Lugares de passo —passeos peatões.
- c) Lugares para o ócio, a recreação e contemplação —praças, parques, etc..
- d) Espaços culturais

Bairros vulneráveis

- a) Bairros violentos
- b) Bairros vinculados ao narcotráfico
- c) Bairros com concentração de problemas sociais —pobreza, cessantia, baixa educação, etc..

F. Desastres

- a) Naturais —furacões, terremotos, aluviões, saídas de rios ou mar, etc..
- b) Zonas perigosas por atividades produtivas —mineira, militar, nuclear, etc..

G. Tipos de cidades segundo atividade

- a) Cidades comerciais;
- b) Cidades financeiras,
- c) Cidades turísticas;
- d) Cidades industriais;
- e) Cidades residenciais;

H. Tipos de cidades segundo tamanho

- a) Áreas Metropolitanas;
- b) Cidades intermédias;
- c) Pequenas cidades

6.2 ATELIÊR Nº 2: SEGURIDADE E CIDADÃ NO ÂMBITO PRIVADO

- A. Família —violência ao interior das famílias, valores e normas violentas.
- B. Escola —violência ao interior das escolas.
- C. Igrejas —rol socializador das igrejas.
- D. Trabalho —espaço de socialização e inserção social.

Triada tradicional. Eficácia do sistema:

- E. Polícia —prevenção, contrôle, denúncias e investigação.
- F. Justiça. —acesso à justiça., sanções.
- G. Prisão —reabilitação, reincidência.

Outros

- H. Saúde —pesquisa de resultados da violência, promoção e prevenção.
- I. Co-produção de seguridade e, “partnership” (trabalho cooperativo) —intersetorial, integral, com compromisso social.

6.3 ATELIÊR Nº 3: INSTRUMENTOS E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO EN SEGURIDADE E CIDADÃ

- A. Observatório
 - a) Denúncias

- b) Questionários de Vitimização
- c) Estudos qualitativos
- d) Promoção de condutas prosociais
- e) Prevenção
- f) Contrôles
- g) Reabilitação dos vitimários
- h) Atenção às vítimas de violência

6.4 ATELIÊR Nº 4: SEGURIDADE E CIDADÃ E SOCIEDADE CIVIL

A. Participação cidadã

- a) Grêmios, sindicatos;
- b) Organizações sociais segundo tipo —funcionais ou territoriais, tradicionais ou emergentes.
- c) Organizações segundo grupos sociais —mulheres, meninos, jovens, anciãos.

B. Problemas da comunidade

Abandonos, negligências e violências frente

- a) Meninos
- b) Jovens —pandilhas, barras bravas(grupos de torcedores violentos) .
- c) Mulheres
- d) Anciãos.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Seguridad ciudadã, democracia e participação. Ministerio del Interior, Dirección de seguridad Pública e Informaciones.
- Control democrático em o mantenimiento de la seguridad interior. Editor, Hugo Frühling. Centro de Estudio del Desarrollo, 1998. Santiago de Chile.
- Fracturas em la Gobernabilidad democrática. Raúl Urzúa & Felipe Agüero (editores). Centro de Análisis de políticas públicas. Universidad de Chile. Noviembre de 1998.
- Seguridad ciudadã: Actores e discusión. Mireya Dávila Avendaño. Nueva serie FLACSO. Chile, 2000.
- ¿Vivimos inseguros os chilenos?. Cuadernos del segundo centenario. N°10. Centro de estudios del desarrollo (CED).
- Forum Europeo para la seguridad Urbana (J.P. Buffat), con o apoyo de la Comisión Europea (Dirección General de Empleo e Asuntos sociales): “Las políticas cooperativas e contractuales ¿Favorecen um enfoque integrado e global de la lucha contra la exclusión social?
- “Manifiesto de Ciudades: seguridadDemocracia” de Nápoles 2000, del Foro Europeo por la seguridad Urbana, adaptado e firmado, luego (2001) por o Foro Latinoamericano de seguridad ciudadã e Democracia.
- Moser, Caroline (1996) Pobreza Urbana, políticas sociales e género em um contexto de crise económica. Asentamientos Humanos, pobreza e género. Santiago.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina e o Caribe) (2000a), Equidad, desarrollo e ciudadanía, Santiago de Chile.
_____ (1999a), Balance preliminar de las economías de América Latina e o Caribe 1999, Santiago de Chile. Publicação de las Naciones Unidas
_____ (1993), Informe final de la Conferência Regional Latinoamericana e del Caribe sobre Población e Desarrollo, Santiago de Chile, julio.
- EUROSTAT (Oficina de Estadística de las Comunidades Europeas) (1995), “European Community Household Panel Survey”, segunda ronda (<http://www-rcade.dur.ac.uk/echp/>).
- PNUD (Programa de las Naciones Unidas para o Desarrollo) (2000), Superar la pobreza humana. Informe de PNUD sobre la pobreza, 2000, Nueva York. Publicação de las Naciones Unidas.
- Alcaldía Mayor de Santafé de Bogotá (1997): seguridadviolência em Santa fé de Bogotá, Santa fé de Bogotá, Colombia.
- Aronson, E. (1995): o animal social. Introducción a la psicología social, Madrid, Alianza Universidad.

- Arriagada, I. e L. Godoy (1999): seguridade cidadã e violência em América Latina: Diagnóstico e política nos años noventa, Serie de políticas sociales, N° 32, Santiago de Chile, CEPAL.
- Ayres, R. L (1998): Crime and Violence as Development Issues in Latin America and the Caribbean, Washington, D.C., Bancomundial, emero.
- Castañeda, J. (1998): Violência e América Latina, La Época, Santiago de Chile, 24 de mayo.
- Chesnais, J. (1992): Historia de la violencia: o homicidio e o suicidio a través de la historia, Revista internacional de ciencias sociales, N° 132, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia e la Cultura (UNESCO).
- Colombia, Centro de Referência Nacional sobre Violência (1996): Lesiones de causa externa em Colombia, Santa fé de Bogotá.
- De Cerqueira, M. L. Wendel (1995): La urbanización de favelas em la ciudad de Río de Janeiro. Un mecanismo de política social para superar la violencia urbana e la inseguridade cidadã, em Programa de las Naciones Unidas para o Desarrollo / Plan Nacional de Rehabilitação, Violência urbana e inseguridade cidadã, Santafé de Bogotá.
- Gaviria, A. e C. Pagés (1999): Patterns of Crime Victimization in Latin America, Banco Interamericano de Desarrollo, Washington D.C.
- McAlister, A. (1998): La violencia juvenil em las Américas: estudios innovadores de investigación, diagnóstico e prevenção, Washington, D.C., Organización Panamericana de la Salud (OPS).
- Blanco, Rafael; Hugo Frühling. (1995) "Proposições de políticas públicas em materias de seguridade cidadã". em "Seguridade cidadã e políticas públicas". Blanco Rafael; Hugo Frühling e Eugenio Guzmán (Santiago, Universidad Andrés Bello, CED e Instituto de Libertad e Desarrollo).
- La prevenção de la violencia como objeto de investigación e de programas de acción. De re umión de expertos que tuvo lugar o 15 de septiembre de 1998 que ha sido producto de la iniciativa de la Secretaría de Ciencia e Tecnología del Ministerio de Cultura e Educación e de la Secretaría de Política Criminal, Penitenciaria e Readaptación Social del Ministerio de justiça. de la nação. Buenos Aires.
- Agenda social: Las drogas em América Latina. Capítulo VI. Panorama social de América Latina, 1999 - 2000. Comisión Económica para América Latina e o Caribe.
- Agenda social: seguridade cidadã e violencia. Capítulo VI. Panorama social de América Latina, 1999 - 2000. Comisión Económica para América Latina e o Caribe.
- Prevenir o reprimir: Falso dilema de la seguridade cidadã. Irma Arriagada e Lorena Godoy. Revista de la CEPAL N°70. Abril 2000. Páginas 107 - 131.

- La Paz: Juntas vecinales e comité de vigilancia. La Paz, Cochabamba e Santa Cruz. Su papel em la planificación urbana. José Blanes. CEBEM. 13 de febrero de 1998.
- La prevenção del delito, experiência.s con modelos de acção policial em Francia, Canadá e Estados Unidos. Thomas John Connelly. Serie estudios, biblioteca del Congreso Nacional.
- De la seguridad nacional a la seguridad ciudadã. La evolución del debate sobre o orden público. Derechos e democracia. Centro internacional dos derechos humanos e del desarrollo democrático. Rachel Neild.
- Gobernabilidad, crise e cambio, Manuel Alcántara Sáez. Editado por o Fondo de Cultura Económica de México e o Centro de Estudios Constitucionales de Madrid.
- La Gobernabilidad. Ciudadanía e democracia em la emcrucijadamumndial. Xavier Arbós e Salvador Giner. Editorial siglo veinti uno editores. México - España.
- Gobernabilidad e movimientos sociales, uma relação difícil. Marisa Revilla. Traducción de la ponencia "Governability and social movements, em odd relationship", presentada al XVIII Congreso internacional de LASA, celebrado em Atlanta (USA) entre 10 e 12 de marzo de 1994. Revista Latinoamericana de ciencias sociales.
- Gobernabilidad: Un reportaje de América Latina. Diego Achard - Manuel Flores. Programa de las naciones unidas para o desarrollo (PNUD). Fondo de cultura económica. México.
- Delincuencia común em Chile. Doris Cooper. Universidad de Chile. Facultad de ciencias Sociales. Excerta N°8.
- La violencia delictual em América Latina e o Caribe. Diagnóstico, propuestas e recomendaciones. Hugo Frühling E. Programa de naciones unidas para o desarrollo. Proyecto INT/90/536.
- Oviedo e Rodríguez (2001), Gestión urbana e gobierno de áreas metropolitanas. Serie Medio ambiente e desarrollo. División de Medio Ambiente e Asentamientos Humanos, Santiago de Chile.
- _____ Oviedo E (2000). policias de proximidad para las ciudadeschilenas. Temas Sociales N°35, Edic. SUR. Sur Corporação de Estudios Sociales e Educação, Santiago de Chile.
- Basauri, Oviedo e otros (1999). conjuntos habitacionales, vivienda social e seguridad ciudadã. Informa Final de Estudio. Ministerio de Vivienda e Urbanismo. SUR, Corporação de Estudios Sociales e Educação. Santiago.
- Wacquant L (2001). Parias Urbanos. Marginalidad em la cidadea comienzos del milenio. Manantial, Buenos Aires, Argentina.
- Greene M. (1999). Vulnerabilidad al delito em o espacio residencial: um enfoque configuracional. em Ministerio de Vivienda e Urbanismo (1999).

- Sabatini F. (1999) “La segregación espacial e sus efectos sobre los pobres e la seguridad ciudadã”. em: Ministerio de Vivienda e Urbanismo. Espacio urbano, vivienda e seguridad ciudadã. Santiago de Chile.
- Lipovetsky G. (1986). La era del vacío. ensayos sobre o individualismo contemporáneo. Anagrama, Colección Argumentos, Barcelona, España.
- Jean – Paul Fitoussi, Pierre Rosanvallon (1997), La nueva era de las desigualdades, Manantial, Buenos Aires, Argentina.
- Organización Panamericana de la Salud (1999). Revista Panamericana de la Salud. Número especial sobre violencia, vol.5., nro. 4/5, Washington.
- Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud (2002). Informe mundial sobre la violencia e la salud: resumen. Washington, D.C., p. 15 e 16.
- Roberto Briceño León (1999). Propuesta de formación del Grupo de trabajo de CLACSO Violencia e Sociedad. Programa de Actividades para 1999.
- Larraín Soledad (2002). Violencia em la familia e transmisión de pautas de comportamiento social. em: Carrión Fernando Edit. seguridad ciudadã ¿Espejismo o realidad?. Flacso Ecuador – OMS/OPS, Quito.
- Orpinas Pamela (1999) ¿Quién es violento? Factores asociados con comportamientos agresivos em ciudades seleccionadas de América latina e España. em: Investigaciones em Salud Pública, Documentos Técnicos 3, OPS, Washington D.C.
- Ernst Miriam (2002). Ser mujer um factor de riesgo. em: Carrión Fernando Edit. seguridad ciudadã ¿Espejismo o realidad?. Flacso Ecuador – OMS/OPS, Quito.
- (2001): Réflexions introductives sur um tournant, P. Hebberecht, D. Duprez in Revista “*Déviance et Société*”, vol. 25.
- Working together for a safe society, (1999) [Trabajando juntos para uma Sociedad Segura], Programa Nacional de Prevenção del Delito, Ministerio de justiça., conselho Nacional para la Prevenção del Delito, Finlandia.
- Manifesto of the ‘Safety & Democracy’ cities, (2000) Foro Europeo para la seguridad Urbana, Nápoles, Diciembre,
- Michel Marcus e Catherine Vourc’h, (2001) Outils pour l’action, Foro Europeo para la seguridad Urbana, Diciembre 1996; e Jean-Paul Buffat, Les politiques partenariales et contractuelles favorisent-elles une approche intégrée et globale de la lutte contre l’exclusion sociale?, Foro Europeo para la seguridad Urbana, Diciembre 2001.

- Paz cidadã. Conceptos para la prevención e contención del delito. N°15, Agosto de 1988.
- Paz cidadã. Conceptos para la prevención e contención del delito. N°9, Febrero de 1998.
- Paz cidadã. Conceptos para la prevención e contención del delito. N°23, Abril de 1999.
- Tudela Patricio (2001) Integração regional e seguridade : desde las estrategias de defensa al crimem organizado e la seguridade cidadã. Intervenção em o Panel II “Hipótesis de Conflicto –Seguridad e Defensa” del Seminario “Nuevos Escenarios dos Procesos de Integração: Desafíos e Realidades.”, organizado por la Associação Chilena de Ciência Política e fundação Konrad Adenauer.
- Chinchilla Laura (2002) Estabilidad social e seguridade cidadã em Centroamérica, em: Carrión Fernando, edit. seguridade cidadã ¿espejismo e realidad?, FLACSO Ecuador – OPS / OMS, Quito.
- Rodrigo Guerrero. “El programa DESEPAZ. Un esforço integral para combatir la violência em Cali, Colombia”. em: Instituto de Criminología de la policía de Investigações de Chile. Cuadernos de criminología N°8, Santiago, 1998. Pág. 71.

